

Relatório do Exercício

2010



PSS - Seguridade Social

ÍNDICE

1. MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	05
2. PATROCINADORAS	06
3. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	06
4. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS	07
5. QUADRO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	08
6. PLANO B	
6.1 Quadro de Participantes	08
6.2 Demonstrações Financeiras	09
6.3 Parecer Atuarial	10
6.4 Demonstrativos de Investimentos	14
6.5 Desempenho em 2010	16
6.6 Demonstrativo de Gestão	16
6.7 Política de Investimentos para 2011	17
7. PLANO C	
7.1 Quadro de Participantes	20
7.2 Demonstrações Financeiras	21
7.3 Parecer Atuarial	21
7.4 Demonstrativos de Investimentos	26
7.5 Desempenho em 2010	27
7.6 Demonstrativo de Gestão	29
7.7 Política de Investimentos para 2011	29
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS	33
9. PARECERES	
9.1 Parecer do Conselho Fiscal	49
9.2 Parecer do Conselho Deliberativo	49
10. DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS	
10.1 Anexo I – Renda Fixa	50
10.2 Anexo II – Renda Variável	56

Mensagem aos Participantes

Após um período de trégua, a inflação e a situação dos gastos públicos do país voltaram a preocupar os mercados em 2010. Consequentemente, o desempenho dos principais indicadores financeiros não repetiu a boa performance obtida no ano anterior. Mas, apesar da baixa rentabilidade no ano da Caderneta de Poupança (6,81%), da Taxa Básica do Banco Central – Selic (9,78%) e da Bolsa de Valores – Ibovespa (1,05%), o desempenho dos planos de benefício da PSS foi novamente muito bom. Em 2010, ao contrário do que ocorreu com muitos planos de benefício definido do mercado, a rentabilidade do nosso Plano B foi bastante superior à sua meta atuarial de 12,60 % (IPC-DI-FGV + 6% de juros a.a.), atingindo 16,07 % e um resultado de R\$ 100 milhões no ano, assim elevando o seu superávit acumulado para R\$ 292 milhões. No Plano C o perfil de investimento Ultraconservador fez sua estréia em 2010 com a melhor rentabilidade anual entre os quatro perfis disponíveis, conforme demonstrado abaixo:

Ultraconservador:	18,51 %
Conservador:	15,30 %
Moderado:	12,87 %
Agressivo:	10,41 %

Além da rentabilidade acima, os participantes no Plano C ganharam uma flexibilidade maior, pois a partir de 2010 puderam passar a alterar semestralmente seus respectivos perfis de investimento e níveis de contribuição extraordinária.

Durante o ano realizamos junto a um grupo significativo de participantes ativos e assistidos, uma pesquisa de satisfação sobre a PSS, a qual demonstrou que os participantes ativos apresentaram um grau de satisfação menor que os assistidos. O motivo identificado para isso foi um razoável desconhecimento por parte dos ativos das vantagens da participação em um plano previdenciário, do funcionamento da PSS e das regras do nosso Plano C, apesar dele estar aberto para adesões desde 1996.

Para melhorar o grau de conhecimento dos participantes ativos quanto aos assuntos mencionados acima, foi criado um site com vídeos educativos na Internet, denominado “Canal PSS”, o qual pode ser acessado por todos no endereço www.canalpss.com.br, ou diretamente através do nosso site na Internet www.pssnet.com.br.

Desde então, os novos funcionários das patrocinadoras, antes de assinarem o formulário de adesão ao Plano C, são convidados pelas áreas de Recursos Humanos a acessarem o “Canal PSS”, assistirem ao vídeo educativo e depois responderem a um questionário, que contém perguntas relacionadas ao funcionamento da PSS e do Plano C. O preenchimento desse questionário visa, sobretudo, certificar os próprios funcionários que eles estão aderindo a um Plano, cujos benefícios e regras já conheceram razoavelmente.

No segundo semestre de 2010 passamos a ter nosso escritório separado das sedes de nossas patrocinadoras, mudando para a Rua Dr. Rafael de Barros 209, 11º andar, conjunto 112, Paraíso – São Paulo – SP. Essa nossa nova sede tem localização próxima das estações Brigadeiro e Paraíso do Metrô, facilitando o acesso dos nossos participantes assistidos, além de ter um custo inferior ao que vinhamos pagando pelo nosso antigo local.

Para o ano foi aprovado, via RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa), um limite anual de 0,40% do total dos ativos garantidores dos Planos para as despesas administrativas da Entidade. Ao final do exercício o total dessas despesas ficou bem abaixo desse limite, atingindo 0,22%.

A empresa Philips Business Communications Soluções Empresariais Ltda, responsável pelo negócio de telecomunicações no Brasil, foi vendida em março de 2010 pelas Organizações Philips, passando a ser controlada pela Brazilcom LLC, empresa sediada nos EUA, mas continuou como uma de nossas patrocinadoras.

Na parte atuarial, visando compatibilizar o provedor do serviço com as Organizações Philips, substituímos a consultoria Towers Perrin, Forster & Crosby Ltda pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.

De acordo com nosso Estatuto Social, que determina a nomeação a cada 3 anos dos membros dos órgãos estatutários, em novembro de 2010 foram conduzidos ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva os participantes mencionados no item 3 deste relatório. Conforme exigido pela legislação, em 2010 o AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado) da PSS foi certificado por experiência, pelo ICSS (Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social).

No restante deste relatório poderão ser analisadas detalhadamente todas as informações de 2010 relativas à gestão da Entidade. Esperamos que com sua leitura você possa conhecer cada vez mais a PSS e assim ficar tranqüilo quanto ao seu futuro.

Finalmente gostaríamos de agradecer às nossas

patrocinadoras, a renovada confiança; aos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, a orientação; e aos nossos colaboradores, a dedicação.

Boa Leitura!

Diretoria Executiva

2 Patrocinadoras

PSS Seguridade Social

Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda.

Philips do Brasil Ltda.

Philips Eletrônica do Nordeste S/A

Philips Eletrônica da Amazônia Ltda.

Philips Medical Systems Ltda.

Philips Business Communications Soluções Empresariais Ltda

NXP Semiconductors Brasil Com. Imp. Exp. Ltda.

(Patrocinadora apenas do Plano C)

Atos Origin Brasil Ltda.

(Patrocinadora apenas do Plano B)

3 Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social.

Conselho Deliberativo:

Órgão responsável pelas diretrizes da Entidade e definição da política de investimentos dos recursos. Sua composição, desde novembro de 2010, é a seguinte:

Alessandra Ginante

Fernando Araújo Stinchi - Presidente

Luiz Augusto Bastos Dias da Silva

Miriam Teruco Hirahara

Nelson Kenso Takamine

Reginaldo Schwery

Roberto Aranha Pereira Gomes - Representante dos Participantes Assistidos

Walter Garcia Penov - Representante dos Participantes Assistidos

Walter Isidro Duran - Representante dos Participantes Ativos

Diretoria Executiva:

Órgão responsável pela administração da entidade, cuja composição é a seguinte:

Jose Carlos Craveiro Cadima	- Diretor Administrativo
Luiz Augusto Bastos Dias da Silva	- Diretor Gerente e Financeiro Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)
Sergio Nery	- Diretor de Seguridade

Conselho Fiscal:

Órgão responsável pela fiscalização interna da Entidade que, desde novembro de 2010, é composto da seguinte forma:

Dorival Ferreira Xavier	
Edson Minto Dias	
Marcio Ávila Barbosa	- Representante dos Participantes Ativos
Paulo Cesar de Sousa Abreu	
Sebastião Lopes da Rocha	- Representante dos Participantes Assistidos

4 Planos Previdenciários

A PSS administra dois planos de benefícios distintos, cujas principais características são as seguintes:

Plano B - Benefício Definido (BD)

Neste plano criado em 1977 e fechado a novas adesões desde 1996 os participantes conhecem previamente o valor do benefício, pois no momento da aposentadoria lhes é garantido um percentual do salário. O valor do benefício é calculado de acordo com a função que o participante exerce na empresa patrocinadora e seu tempo de participação na PSS, independente do montante acumulado durante o período de contribuição.

O participante contribui com um percentual de seu salário, definido pela sua idade na data de adesão ao plano. Esse percentual e a contribuição da empresa podem variar de acordo com a avaliação atuarial anual. As contribuições formam um fundo coletivo que, acrescido dos rendimentos dos investimentos, garante o pagamento dos benefícios.

Plano C - Contribuição Variável (CV)

Neste plano, aberto para novas adesões desde 1996, os participantes definem o valor das contribuições que farão ao longo dos anos. O valor do benefício é calculado sobre o saldo de conta total, montante acumulado durante o período de contribuição e acrescido da rentabilidade obtida nos investimentos realizados. Quanto maior o período e o valor da contribuição, maior é o benefício. A contribuição mensal varia de 3% a 8% sobre o salário, de acordo com o percentual escolhido pelo participante, o qual define a contribuição, de mesmo valor, a ser paga pela patrocinadora e, além disso, há a possibilidade do participante efetuar contribuições voluntárias mensais. O saldo de conta total, base para o cálculo do benefício, é formado pelas contribuições do participante, da patrocinadora, das contribuições voluntárias e da rentabilidade dos investimentos.

5 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2010 a posição de participantes era:

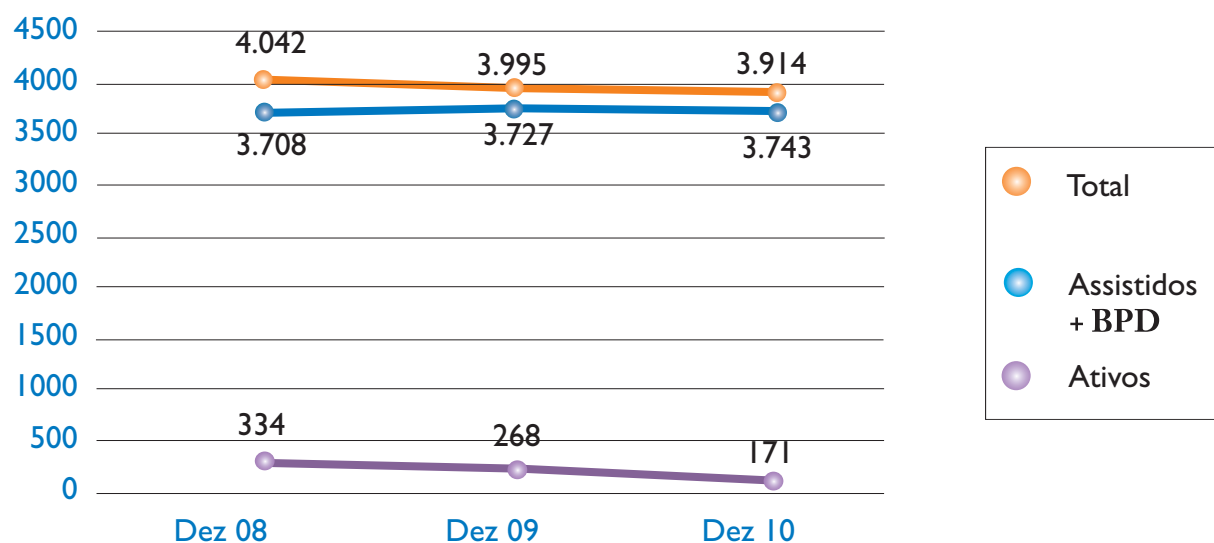
Patrocinadora	Ativos		Assistidos		Total	
	Plano B	Plano C	Plano B	Plano C	2010	2009
Philips	157	2.773	3.142	204	6.276	6.550
NXP		15			15	18
PBC	3	72		3	78	
LP Displays (*)	3	24	431	32	490	490
Atos Origin (*)	4	14	55	19	92	92
Jabil (*)	-	37		1	38	56
Autopatrocínio	4	168			172	138
BPD (Vesting)	107	154			261	220
Auxílio Doença			8	67	75	83
Total	278	3.257	3.636	326	7.497	7.647

(*) inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio.

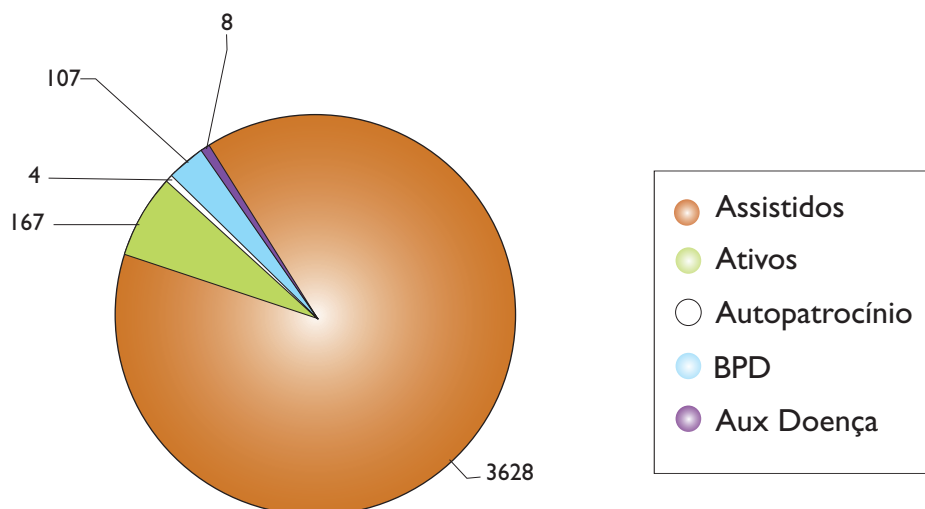
6 Plano B

6.1 Quadro de Participantes

Evolução da posição dos participantes ativos e assistidos + BPD (Vesting) em dezembro dos últimos três exercícios:



Distribuição por tipo de participante:



6.2 Demonstrações Financeiras

6.2.1 Demonstração do Ativo Líquido

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
1. Ativos	1.410.950	1.300.435	8,50
Disponível	445	6	7.316,67
Recebível	91	2.836	(96,79)
Investimento	1.410.414	1.297.593	8,69
Debêntures	12.375	12.375	-
Fundos de Investimento	1.321.678	1.191.515	10,92
Investimentos Imobiliários	74.008	90.741	(18,44)
Empréstimos	1.391	1.688	(17,59)
Financiamentos Imobiliários	501	805	(37,76)
Outros Realizáveis	461	469	(1,71)
2. Obrigações	1.839	4.876	(62,28)
Operacional	1.839	4.876	(62,28)
3. Fundos não Previdenciais	0	0	-
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.409.111	1.295.559	8,76
Provisões Matemáticas	1.114.426	1.100.873	1,23
Superávit/Déficit Técnico	292.437	192.170	52,18
Fundos Previdenciais	2.248	2.516	(10,65)

6.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO		2010
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.295.559
	1. Adições	201.605
(+)	Contribuições Previdenciais	1.448
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	200.157
	2. Destinações	(88.053)
(-)	Benefícios	(88.053)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	113.552
(+/-)	Provisões Matemáticas	(13.553)
(+/-)	Fundos Previdenciais	268
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(100.267)
	4. Operações Transitórias	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.409.111
	C) Fundos não previdenciais	0

6.3 Parecer Atuarial

I- Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano B de Benefícios administrado pela PSS – Seguridade Social apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

II - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC nº28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir. O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais fornecidos pela Entidade.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.409.111.142,36
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	1.406.863.086,96
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.114.426.505,28
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.039.619.672,72
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	1.039.619.672,72
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	822.843.458,62
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO - PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	216.776.214,10
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	74.806.832,56
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	-
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	70.349.787,70
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	74.464.034,37
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	2.196.465,21
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	1.917.781,46
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	4.457.044,86

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	5.058.296,01
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	320.988,26
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	280.262,89
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	-
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	292.436.581,68
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	292.436.581,68
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	292.436.581,68
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	278.606.626,32
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	13.829.955,36
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	2.248.055,40
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.248.055,40
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	2.248.055,40
2.3.2.1.03.01.00	FUNDO DE RETIRADA LPD	2.248.055,40
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	-

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- (1) O Regulamento do Plano vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em extinção, e cujas principais características estão descritas no item "Características do Plano" do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);
- (2) Os dados individuais, posicionados em 30/06/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela Entidade à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

- (3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano;
- (4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela Entidade à Mercer, bem como o valor do Fundo Previdencial.

Observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta

2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Os principais fatores que levaram à constituição do Superávit observado em 31/12/2010 foram os valores já registrados no superávit técnico acumulado e os ganhos atuariais, cuja origem é explicada no item 4 deste parecer.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

O Fundo de Retirada LPD alocado na subconta "Outros – previstos em nota técnica atuarial" do Fundo Previdencial foi constituído para fazer frente aos compromissos mínimos de retirada individuais, atualizados para 31/12/2010, a serem pagos aos participantes desta patrocinadora em função de seu processo de retirada, conforme definido na documentação técnica submetida e aprovada pela SPC (atual PREVIC) por meio do despacho publicado no Diário Oficial da União em 21/09/2007.

III - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real de juros (1)	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2,5% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	Experiência PSS
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-58
Tábua de entrada em invalidez	RRB-44 Modificada
Outras hipóteses biométricas utilizadas (5)	Entrada em Aposentadoria
Composição Familiar	
Benefícios a Conceder	95% dos participantes são casados sendo a esposa 4 anos mais nova
Benefícios Concedidos	Família real

Observações:

- (1) O indexador utilizado é o IPC-DI da Fundação Getúlio Vargas; sobre admissões e desligamentos de participantes dos Planos;
- (2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo;
- (3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras;
- (4) Foi utilizada a tábua AT83 segregada por sexo desagregada em 10%;
- (5) A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade no período de 2005-09 cujos percentuais são demonstrados na seção de hipóteses atuariais deste DRAA;

O método atuarial adotado foi o “Crédito Unitário Projetado” para a avaliação de todos os benefícios do Plano, com exceção da adoção do regime de repartição conforme abaixo indicado:

- Repartição simples: pecúlio por morte do ativo, resgate e portabilidade;
- Repartição de capitais de cobertura: suplementação por morte de ativo, auxílio doença e auxílio reclusão.

Até 2009 era utilizada uma hipótese de composição familiar para os participantes aposentados que não tivessem informação de cônjuge em seu cadastro, na qual se considerava que 80% desses participantes eram casados sendo a esposa 4 anos mais nova. Este ano foi adotada a composição familiar real para todos os aposentados.

A alteração se deve a entendermos que a base de dados da Entidade, por passar por processos periódicos de recadastramentos, nos permite tratar inconsistências pontuais que possam haver como perdas atuariais, sem que isso afete o equilíbrio do plano.

Esta alteração resulta em um ganho atuarial cuja estimativa de valor é apresentada no item 4 deste parecer.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

IV - Ganhos e Perdas

O aumento do superávit ocorrido durante o ano pode ser explicado, principalmente, pelos seguintes ganhos atuariais ocorridos durante o exercício de 2010:

- Ganho financeiro decorrente da rentabilidade sobre os ativos do plano ter sido superior à meta atuarial; e
- Alteração da hipótese de composição familiar para os benefícios concedidos que resultou num ganho da ordem de R\$ 24,5 milhões.

Ressaltamos que outros possíveis ganhos e perdas não possuem impacto significativo na variação do resultado do exercício.

V - Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Considerações sobre a atualização do Plano de Custeio

Os métodos atuariais adotados para a apuração dos compromissos deste plano, preveem o redimensionamento periódico do plano de custeio.

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente e os métodos atuariais adotados, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Contribuição Normal 6,31% da folha de salário de participação.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o previsto no anexo nº 2 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,78% do Salário.

Participantes Autopatrocinaados

Os Participantes Autopatrocinaados deverão efetuar, além de suas contribuições, conforme previsto no anexo nº 2 do Regulamento do Plano, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios correspondente a 6,31% do Salário da data de desligamento devidamente atualizado.

Custeio Administrativo

As despesas administrativas serão cobertas com recursos do resultado dos investimentos conforme estabelecido no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa).

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.

VI – Conclusão

Certificamos que o Plano B de Benefícios da PSS – Seguridade Social está superavitário. No entanto, a Reserva Especial para Revisão do Plano não será utilizada neste exercício, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

Tarciso Baeta Nogueira

Atuário - MIBA nº 1.749

6.4 Demonstrativos de Investimentos

a) Debêntures Perpétuas

Embora chamados de debêntures, que normalmente distribuem rendimento fixo, as debêntures dessa carteira distribuem uma participação no resultado do empreendimento WTC (World Trade Center), portanto são consideradas títulos de renda variável, estando demonstradas abaixo.

EMISSION	R\$ MIL	% do PLANO
DEBÊNTURES: Hauscenter S/A	12.375	0,9

b) Fundos de Investimento

b.1) Renda Fixa

Os ativos desse segmento estão valorizados a mercado e alocados em fundos exclusivos, conforme abaixo. Além disso, possuem baixo risco de crédito e prazos compatíveis com os vencimentos do fluxo de pagamento de benefícios, de forma a minimizar o risco de insuficiência patrimonial futura.

Gestor	Fundos de Renda Fixa (Quotas de FIF)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% do Plano
Bradesco	Plano B	547.256,14318	1.274.579	90,6
HSBC	Fidelidade L (*)	544,03565	6.350	0,5
Sul América	Ideal (*)	530,12959	6.311	0,4
Santander	Multiply (*)	55,45351	6.300	0,4
Itaú	Futuro Previdenciário (*)	52,67065	6.253	0,5
BNP Paribas	Life (*)	515,39404	6.136	0,4
Total			1.305.929	92,8

Obs.: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo I.

(*) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Fox, gerido pela Intrag DTVM Ltda do Grupo Itaú, que por sua vez tem como único cotista a PSS.

b.2) Ações

Os ativos dessa carteira estão valorizados a mercado e alocados em fundos exclusivos, conforme abaixo.

Gestor	Fundos de Renda Variável (Quotas de Fundos de Ações)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% do Plano
BTG Pactual	Previdência B (**)	302,16689	3.094	0,2
BNP Paribas	Multiply Variable (**)	250,66758	3.155	0,2
Itaú	Luxor (**)	260,17863	3.143	0,2
Bradesco	Ideal (**)	333,58064	3.164	0,2
Western	Life (**)	287,81997	3.193	0,2
Total			15.749	1,0

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo II.

(**) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Eagle, gerido pela Intrag DTVM Ltda do Grupo Itaú, que por sua vez tem como único cotista a PSS.

c) Investimentos Imobiliários

Em novembro de 2007 a Entidade vendeu por R\$ 120 milhões, sua participação no Shopping Morumbi para o Grupo Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. O montante de R\$ 48 milhões foi recebido à vista e os R\$ 72 milhões restantes foram financiados em 72 parcelas mensais a uma taxa de juros de 7% a.a. com atualização pela variação do IPCA (FGV). Em 31 de dezembro de 2010 o saldo financiado a receber é de R\$ 45.653 milhões (R\$ 56.178 milhões em 2009). O valor contábil antes da venda era de R\$ 63.361 milhões.

Em dezembro de 2006 a Entidade vendeu as cotas do SC Fundo de Invest. Imobiliário - Shopping Ribeirão

Preto para o grupo Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. pelo valor de R\$ 40 milhões. O montante de R\$ 16 milhões foi recebido à vista e o restante R\$ 24 milhões, financiado em cinco anos, a uma taxa de juros de 9% a.a., com correção monetária mensal em função da variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo financiado a receber era de R\$ 6.908 milhões (R\$ 12.539 milhões em 2009). O valor contábil antes da venda era de R\$ 29.865 milhões. De acordo com orientação dada pela SPC (Secretaria da Previdência Complementar) em maio de 2008 foi feita a reclassificação contábil da rubrica Participações em Fundo de Investimento Imobiliário Valor a Receber para Direito em Alienação de Imóveis.

Ao final do exercício o segmento imobiliário tinha a seguinte composição:

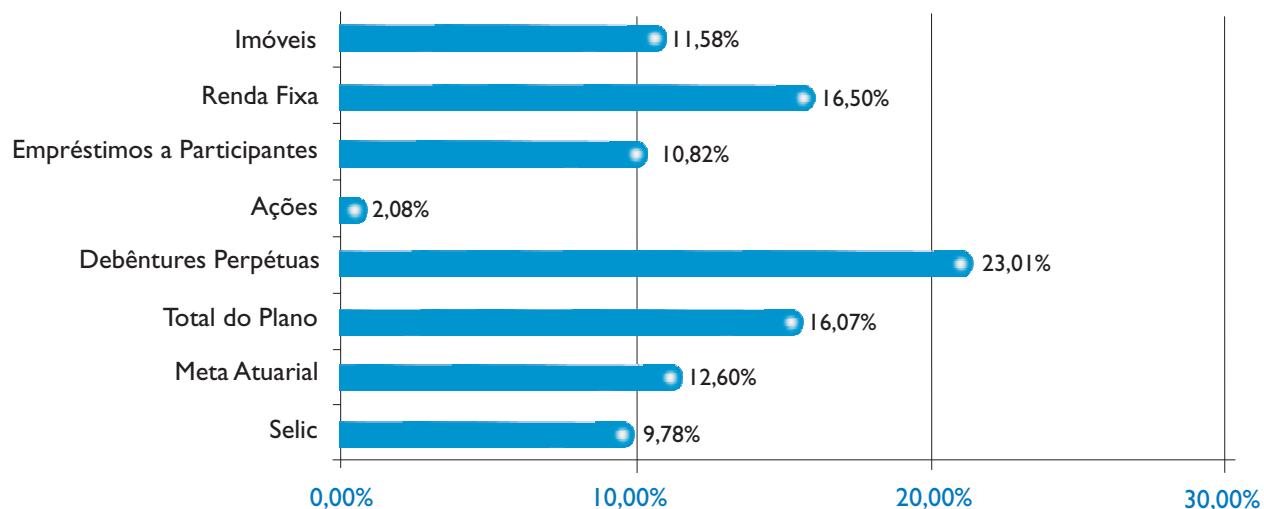
IMÓVEL	R\$ MIL	% do PLANO
Carteira de aluguéis e renda:		
Valor a Receber - Ref.: Venda do imóvel situado na Av. Roque Petroni Junior, 1.089 - São Paulo - S.P. (Morumbi Shopping - participação: 10.115%)	45.653	3,2
Av. Roque Petroni Junior, 999 - 5º, 6º e 7º andar - São Paulo	20.163	1,4
Rua Dr. Cardoso de Mello, 1.855 - conj. 121 - São Paulo	1.284	0,1
Valor a Receber - Ref.: Venda do S/C Fundo de Investimento Imobiliário	6.908	0,5
TOTAL	74.008	5,2

d) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 479. A composição desse segmento encontra-se abaixo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Quantidade contratos	R\$ MIL	% do Plano
Financiamentos Patrimoniais aos Participantes	67	501	-
Empréstimos aos Participantes	412	1.391	0,1
TOTAL	479	1.892	0,1

6.5 Desempenho em 2010



6.6 Demonstrativo de Gestão

6.6.1 – Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

DESCRIÇÃO	2010	
	R\$ MIL	%
I. Custeio da Gestão Administrativa	2.776	100,0
I.1. Receitas	2.776	100,0
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	0	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.967	70,8
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	22	0,8
Receitas Diretas	777	28,0
Outras Receitas	10	0,4
2. Despesas Administrativas	2.776	100,0
2.1. Administração Previdencial	1.850	66,6
Pessoal e encargos	899	32,4
Serviços de terceiros	660	23,7
Despesas gerais	121	4,4
Depreciações e amortizações	11	0,4
Contingências	29	1,0
Outras Despesas	130	4,7
2.2. Administração dos Investimentos	926	33,4
Pessoal e encargos	444	16,0
Serviços de terceiros	373	13,5
Despesas gerais	42	1,5
Depreciações e amortizações	4	0,1
Contingências	13	0,5
Outras Despesas	50	1,8

6.6.2 – Gestão Externa

DESCRIÇÃO	2010	
	R\$ MIL	%
- Custódia	444	49,9
- Taxa Administrativa	303	34,1
- Despesas Gerais	55	6,2
- Taxa Fiscalização CVM	52	5,8
- Corretagem	16	1,8
- Taxa de Performance	10	1,1
- Auditorias	10	1,1
TOTAL	890	100,0

6.7 Política de Investimentos para 2011

6.7.1 Objetivos

Esta versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2011, tem como objetivo definir para os gestores, o custodiante de recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários, as diretrizes para os investimentos da PSS, de forma a garantir a sua segurança, liquidez e rentabilidade, visando assegurar o pagamento dos benefícios do Plano B.

Nesse sentido ela contempla:

- Definir a alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação.
- Comunicar as metas de rentabilidade (índices de referência) para cada segmento de aplicação.
- Definir a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.
- Estabelecer a metodologia para valorização dos ativos financeiros.
- Estabelecer a utilização de instrumentos derivativos.
- Esclarecer a observância de princípios de responsabilidade sócio-ambiental nos investimentos.
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação dos gestores dos investimentos.
- Comunicar as funções do custodiante dos ativos.

6.7.2 Alocação de Recursos

Dado que a grande maioria dos participantes do Plano B já está suplementada, seu fluxo de pagamento de benefícios tem boa previsibilidade. Portanto, os investimentos para saldá-lo deverão preferencialmente ser realizados de forma a garantir rendimento e liquidez previsível no curto, médio e longo prazo.

A seguir descreve-se a estratégia para cada um dos segmentos de alocação:

6.7.2.1) Segmento Renda Fixa

No mínimo o Plano manterá 60% investido em renda fixa, sendo que a maioria desses investimentos será feita no Fundo de Investimento Bradesco Plano B, o qual terá carteira preponderantemente composta por ativos indexados ao IPCA do IBGE e fluxo de pagamentos semelhante ao dos benefícios do Plano. Portanto, com essa prática de investimento, estar-se-á otimizando o risco da solvência futura do Plano.

Os ativos de Renda Fixa, nos quais os recursos do Plano serão investidos, poderão ser títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs/RDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGEs), letras financeiras bancárias, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em CDBs/RDBs e letras financeiras bancárias, por emissor, não deverá ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, DPGEs, CRIs e FIDCs esse limite será de 2% por emissor e 30% a nível consolidado.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Andima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006.

6.7.2.2) Segmento Renda Variável

Os investimentos do Plano no segmento Renda Variável serão limitados a no máximo 20% do total dos ativos.

As aplicações serão principalmente através de fundos de ações cotadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo). Esses fundos, numa proporção menor (até 33% do patrimônio), poderão possuir também títulos de renda fixa, ou seja, os mencionados no item 2.1.

Será permitido aos fundos alugar, através da CBLC, até 50% da carteira mantida para uma dada ação.

As operações de compra ou venda de ações deverão ter no mínimo 80% de devolução da taxa padrão de corretagem da BOVESPA.

Dentro de um mesmo fundo exclusivo não serão permitidas operações de Day Trade.

6.7.2.3) Segmento Investimentos no Exterior

O máximo de alocação permitida nesse segmento será de 10% do total dos ativos garantidores do Plano.

Os investimentos serão feitos em ações e/ou títulos de renda fixa emitidos no exterior através de fundos constituídos no Brasil. Além disso, poderá haver investimentos em cotas de fundos de índices no

exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil e em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de companhia aberta com sede no exterior (BDR – Brazilian Depositary Receipts).

6.7.2.4) Segmento Imóveis

A alocação máxima permitida pela legislação em imóveis é de 8% . Embora a PSS esteja abaixo desse limite, não há a intenção de aumentar os investimentos nesse segmento em 2011.

6.7.2.5) Segmento Empréstimos a Participantes

Para esse segmento, o limite total será de 5% dos recursos do Plano.

O limite para as operações com cada um dos participantes ativos e suplementados será de respectivamente cinco e duas vezes o salário/benefício. A taxa de juros cobrada será igual à da meta atuarial (IPC/DI da FGV + 6% a.a.). Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

6.7.3. Meta de Rentabilidade (Índice de Referência ou Benchmarks)

A meta de rentabilidade de todos os segmentos de investimento é de IPC- DI da FGV mais 6% ao ano.

6.7.4 Critérios de Gestão de Riscos

6.7.4.1 Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito dos investimentos em renda fixa no Brasil, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior 1 Ano	Até 1 Ano
FITCH RATINGS	A -(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA -	brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo título, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da alocação no título.

Os empréstimos a participantes da PSS, visando resguardar o risco de crédito, serão concedidos conforme as Normas de Concessão de Empréstimos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/05/2007.

6.7.4.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez será bastante reduzido dado que grande parte dos investimentos do Plano será mantida em títulos públicos federais de renda fixa.

6.7.4.3) Mercado

O risco de mercado dos investimentos será baixo, dado que os investimentos serão principalmente em títulos de renda fixa com pagamentos semelhantes ao das obrigações do Plano, e que, se necessário, poderão ser levados a vencimento.

A DNP de cada segmento de investimento continuará sendo calculada no intuito de quantificar o desvio dos retornos em relação à meta atuarial.

6.7.4.4) Operacional

Visando mitigar o risco operacional causado por falhas humanas, fraudes e fragilidade nos mecanismos de controle interno, a PSS adotará a segregação de funções entre as suas áreas, manuais de controle e auditorias externas.

6.7.4.5) Legal

Para evitar inadequação dos contratos firmados pela Entidade, das alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefício e do Estatuto da Entidade, haverá uma análise prévia por parte de advogado especializado na área de Previdência Complementar Fechada.

6.7.5. Metodologia para a Valorização dos Ativos Financeiros

Todos os ativos mobiliários serão valorizados de acordo com os níveis vigentes no Mercado, ou seja, será feita a chamada marcação a mercado.

Os ativos imobiliários serão reavaliados a pelo menos cada 3 anos, conforme determina a legislação.

6.7.6. Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão ter como objetivo a proteção de até 100% das posições em ativos de renda fixa e renda variável detidas à vista.

6.7.7. Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental nos Investimentos

Os gestores deverão levar em conta, para direcionar os investimentos dos fundos, também os princípios de responsabilidade sócio-ambiental das empresas.

6.7.8. Critérios para a Contratação e Avaliação de Gestores

No segmento de Renda Fixa, por uma questão de economia de escala e devido ao menor trabalho de gestão, os recursos do Plano serão concentrados em um único gestor (Bradesco), o qual foi escolhido em 2005 após um processo formal de seleção.

O trabalho desse gestor, bem como dos demais gestores dos recursos do Plano, será avaliado permanentemente pelo Comitê de Investimentos da PSS, com base na solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento dessa política de investimentos e rentabilidade.

6.7.9. Custódia

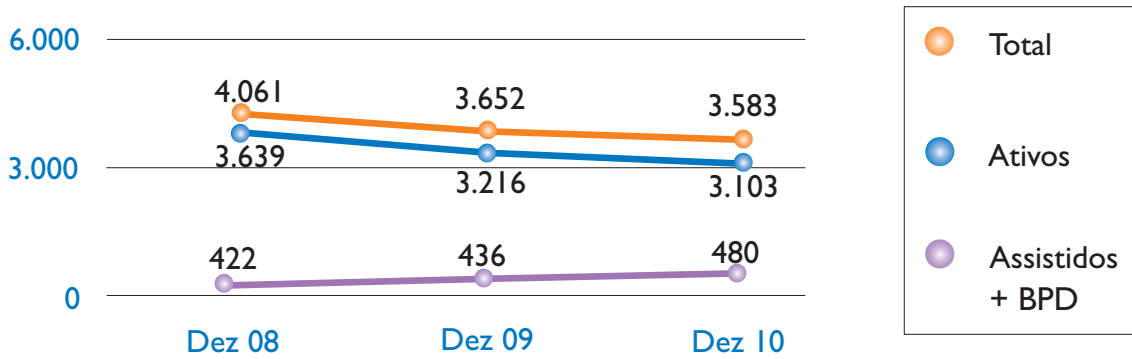
A custódia dos ativos mobiliários do Plano B será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- a liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- o registro e guarda dos títulos;
- a valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- a consolidação das informações para consultas.

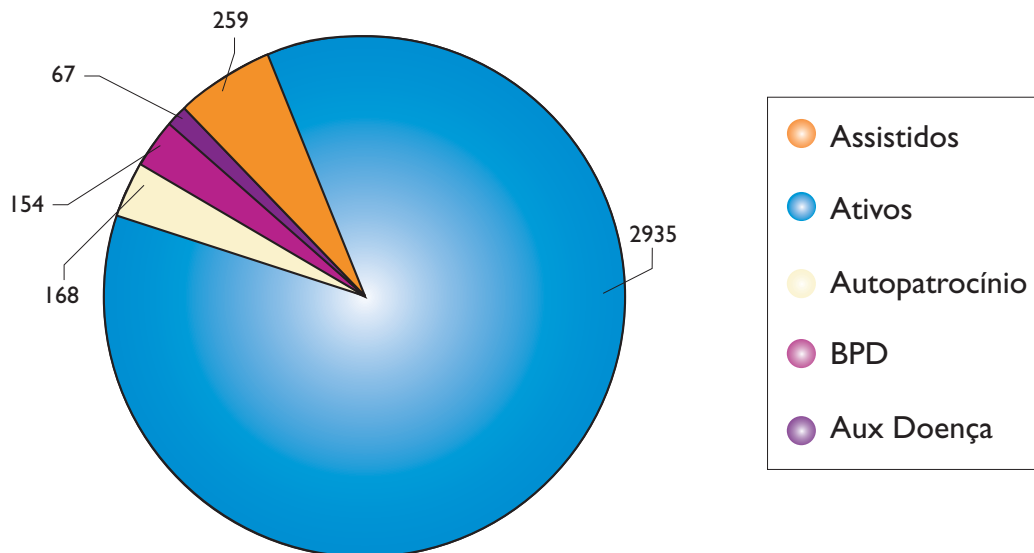
7 Plano C

7.1 Quadro de Participantes

Evolução da posição dos participantes ativos e assistidos + BPD (Vesting) em dezembro dos últimos três exercícios:



Distribuição por tipo de participante:



7.2 Demonstrações Financeiras

7.2.1 Demonstração do Ativo Líquido

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
1. Ativos	827.032	741.177	11,58
Disponível	697	0	-
Recebível	944	818	15,40
Investimento	825.391	740.359	11,49
Fundos de Investimento	813.464	728.433	11,67
Empréstimos	11.315	10.233	10,57
Financiamentos Imobiliários	612	1.693	(63,85)
2. Obrigações	1.890	415	355,42
Operacional	1.890	415	355,42
3. Fundos não Previdenciais	0	0	-
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	825.142	740.762	11,39
Provisões Matemáticas	732.043	627.621	16,64
Fundos Previdenciais	93.099	113.141	(17,71)

7.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010
A) Ativo Líquido - início do exercício	740.762
1. Adições	111.190
(+) Contribuições Previdenciais	11.478
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	99.712
2. Destinações	(26.810)
(-) Benefícios	(26.810)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	84.380
(+/-) Provisões Matemáticas	(104.422)
(+/-) Fundos Previdenciais	20.042
4. Operações Transitórias	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	825.142
C) Fundos não previdenciais	0

7.3 Parecer Atuarial

I – Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano C de Benefícios administrado pela PSS – Seguridade Social apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

II - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC nº28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº34 de 24/09/2009, e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Entidade, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	825.141.675,32
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	732.042.798,92
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	732.042.798,92
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	228.320.717,35
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	195.837.361,10
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	195.837.361,10
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	32.483.356,25
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	5.796.204,49
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	26.687.151,76
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	503.722.081,57
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	482.898.655,95
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) /INSTITUIDOR(ES)	236.021.579,29
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	246.877.076,66
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	9.653.354,85
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	13.687.279,63
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	3.399.293,41
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	634.631,37
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	11.170.070,77
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	18.357.453,10
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	6.056.637,81
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	1.130.744,52
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	-
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	93.098.876,40
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	93.098.876,40
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-

Conta	Nome	R\$
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	93.098.876,40
2.3.2.1.03.00.01	FUNDO ESPECIAL REAVALIADO	23.395.847,42
2.3.2.1.03.00.02	FUNDO ESPECIAL - REDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA	52.463.526,52
2.3.2.1.03.00.03	FUNDO DE RETIRADA ORIGIN	1.984.327,02
2.3.2.1.03.00.04	FUNDO DE RETIRADA LPD	14.601.872,23
2.3.2.1.03.00.05	FUNDO DE RETIRADA JABIL	653.303,21
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	-

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- (1) O Regulamento do Plano vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em manutenção e cujas principais características estão descritas no item "Características do Plano" do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);
- (2) Os dados individuais, posicionados em 30/06/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela Entidade à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

- (3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano;
- 4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela Entidade à Mercer, bem como os valores dos Fundos Previdenciais.

Observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em

pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual do benefícios futuros programados - assistidos).

- b) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- c) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- d) As provisões referentes à pensão por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Os Fundos Especiais alocados na subconta "Outros – previstos em nota técnica atuarial" do Fundo Previdencial foram constituídos de acordo com o artigo 18 do Regulamento do Plano.

Em 31/12/2010, estes Fundos estão divididos da seguinte forma:

- "Fundo Especial Reavaliado": este fundo foi constituído em exercícios anteriores e está sendo mantido para lastrear eventuais impactos decorrentes das alterações que se façam necessárias nas hipóteses atuariais (em especial alteração da tábua de mortalidade e redução da taxa real de juros) bem como cobrir os pagamentos dos benefícios de riscos e eventuais perdas atuariais nos compromissos a eles relacionados.

Anualmente o valor desse fundo é redefinido em função do retorno dos investimentos, pela reversão das contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tomarem elegíveis aos benefícios do Plano, da dedução das contribuições para cobertura dos benefícios de risco, das reversões de saldos de benefícios de risco concedidos e dos ganhos e perdas atuariais decorrentes da reavaliação desse compromisso;

- “Fundo Especial - Redução de Contribuições da Patrocinadora”: este fundo foi constituído em exercícios anteriores e está sendo mantido para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

A movimentação desse fundo se dá pela dedução

dos valores utilizados na cobertura das contribuições das Patrocinadoras uma vez que elas estão isentas de contribuir conforme definido no Plano de Custeio.

Os Fundos de Retirada Origin, LPD e Jabil alocados na subconta "Outros – previstos em nota técnica atuarial" do Fundo Previdencial foram constituídos para fazer frente aos compromissos mínimos de retirada individuais, atualizados para 31/12/2010, a serem pagos aos participantes das respectivas patrocinadoras em função de seus processos de retirada, conforme definido nas documentações técnicas submetidas e aprovadas pela SPC (atual PREVIC) por meio dos despachos publicados no Diário Oficial da União em, respectivamente, 22/11/2007, 21/09/2007 e 08/08/2008.

III - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real de juros (1)	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2,5% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	Experiência PSS
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-58
Tábua de entrada em invalidez	RRB-44 Modificada
Outras hipóteses biométricas utilizadas (5)	Entrada em Aposentadoria
Composição Familiar	
Benefícios a Conceder	95% dos participantes são casados sendo a esposa 4 anos mais nova
Benefícios Concedidos	Família real

Observações:

- (1) O indexador utilizado é o IPC-DI da Fundação Getúlio Vargas;
- (2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo;
- (3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de participantes dos Planos;
- (4) Foi utilizada a tábua AT83 segregada por sexo desagregada em 10%;
- (5) A hipótese adotada reflete a experiência verificada

na Entidade no período de 2005-09 cujos percentuais são demonstrados na seção de hipóteses atuariais deste DRAA.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2009.

O método atuarial adotado foi o “Crédito Unitário Projetado” para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto para os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão para os quais foi adotado o método de repartição de capitais de cobertura.

Na avaliação anterior, foi adotado o regime de repartição para a avaliação dos benefícios pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado e

para a avaliação da continuação dos benefícios de aposentadoria após a idade de 85 anos.

Nesta avaliação foi adotado o regime de capitalização por meio do método do “Crédito Unitário Projetado”, por ser este mais adequado para a mensuração dos compromissos decorrentes destes benefícios, tendo vista se tratar de um plano em processo de maturação, sendo esperado um aumento constante no pagamento de benefícios de risco ano após ano. O impacto dessa mudança é a integralização mais acelerada dos recursos garantidores dos compromissos previstos pelo Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

IV - Ganhos e Perdas

Esclarecemos que o aumento nas provisões matemáticas relativas aos benefícios definidos estruturados em regime de capitalização se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Benefícios concedidos – benefícios futuros programados: aumento da provisão em função da adoção do regime de capitalização para o benefício de pensão por morte de aposentado e para a continuação dos benefícios de aposentadoria programada após a idade de 85 anos. Esse impacto foi da ordem de R\$ 5,8 milhões;
- Benefícios concedidos – benefícios futuros não programados: concessões de novos benefícios de incapacidade e morte acima do esperado. Entre 2009 e 2010 houve um aumento real (acima da inflação) da folha de benefícios de risco concedidos da ordem de 19%;
- Benefícios a conceder – benefícios futuros programados: aumento da provisão em função da adoção do regime de capitalização para o benefício de pensão por morte do futuro aposentado e para a continuação dos benefícios futuros de aposentadoria programada após a idade de 85 anos. Esse impacto foi da ordem de R\$ 9,7 milhões;
- Benefícios a conceder – benefícios futuros não programados: aumento da provisão em função da adoção do regime de capitalização para os benefícios de pensão por morte de ativo, de pensão

por morte do futuro aposentado e para a continuação dos benefícios futuros de aposentadoria programada após a idade de 85 anos em decorrência de benefício proporcional diferido. Esse impacto foi da ordem de R\$ 5,6 milhões.

V - Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Considerações sobre a atualização do Plano de Custeio

Os métodos atuariais adotados para a apuração dos compromissos deste plano, prevêem o redimensionamento periódico do plano de custeio.

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente e os métodos atuariais adotados, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras utilizarão o Fundo Especial – Redução de Contribuições da Patrocinadora para a cobertura das contribuições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 18 do Regulamento do Plano, que equivalem à taxa média estimada em 4,82% da folha de salário de participação, tendo como base o cenário real de participação de 30/06/2010.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o artigo 17 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 6,57% da folha de salário de participação, tendo como base o cenário real de participação de 30/06/2010.

Participantes Autopatrocina

Os Participantes Autopatrocina

Custeio dos Benefícios Definidos

O Fundo Especial Reavaliado será utilizado para a cobertura das contribuições para os benefícios definidos que equivalem à 1,56% da folha de salário de participação, considerando a seguinte composição:

Benefícios Estruturados no Regime de Capitalização

Aposentadoria	0,22%
Invalidez	0,58%
Pensão por Morte	0,32%
Pecúlio por Morte	0,04%
Desligamento	0,15%
Total	1,31%

Benefícios Estruturados no Regime de Repartição
Auxílios 0,25%

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.

Custeio Administrativo

As despesas administrativas serão cobertas com recursos do resultado dos investimentos conforme estabelecido no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa).

VI – Conclusão

Certificamos que o Plano da Entidade está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

Tarciso Baeta Nogueira
Atuário – MIBA nº 1.749

7.4 Demonstrativos de Investimentos

a) Fundos de Investimento

a.1) Renda Fixa

Os ativos desse segmento de investimento estão valorizados a mercado e alocados em fundos exclusivos, conforme abaixo:

Gestor	Fundos de Renda Fixa (Quotas de FIF)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% do Plano
Itaú	Futuro Previdenciário (*)	1.021,41297	121.261	14,8
Santander	Multiply (*)	1.075,41086	122.176	14,8
Sul América	Ideal (*)	10.279,35637	122.372	14,8
BNP Paribas	Life (*)	9.995,16700	118.997	14,4
HSBC	Fidelidade L (*)	10.550,00788	123.140	14,9
Total			607.946	73,7

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo I.

(*) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Fox, gerido pela Intrag DTVM Ltda do Grupo Itaú, que por sua vez tem como único cotista a PSS.

a.2) Ações

Os ativos desse segmento de investimento estão valorizados a mercado e alocados em fundos exclusivos, conforme demonstrado abaixo:

Gestor	Fundos de Renda Variável (Quotas de Fundos de Ações)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% do Plano
Western	Life (**)	3.756,26247	41.671	5,0
Bradesco	Ideal (**)	4.352,88994	41.287	5,0
BNP Paribas	Multiply Variable (**)	3.270,67558	41.166	5,0
Itaú	Luxor (**)	3.395,23592	41.015	5,0
BTG Pactual	Previdência B (**)	3.943,50249	40.379	4,9
Total			205.518	24,9

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo II.

(**) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Eagle, gerido pela Intrag DTVM Ltda do Grupo Itaú, que por sua vez tem como único cotista a PSS.

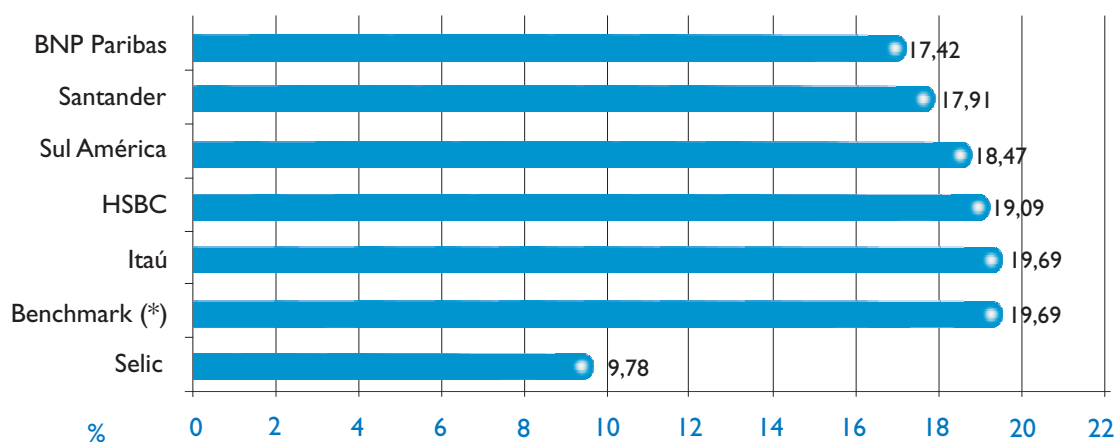
d) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 918. A composição desse segmento encontra-se abaixo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Quantidade contratos	R\$ MIL	% do Plano
Financiamentos Patrimoniais aos Participantes	43	612	-
Empréstimos aos Participantes	875	11.315	1,4
Total	918	11.927	1,4

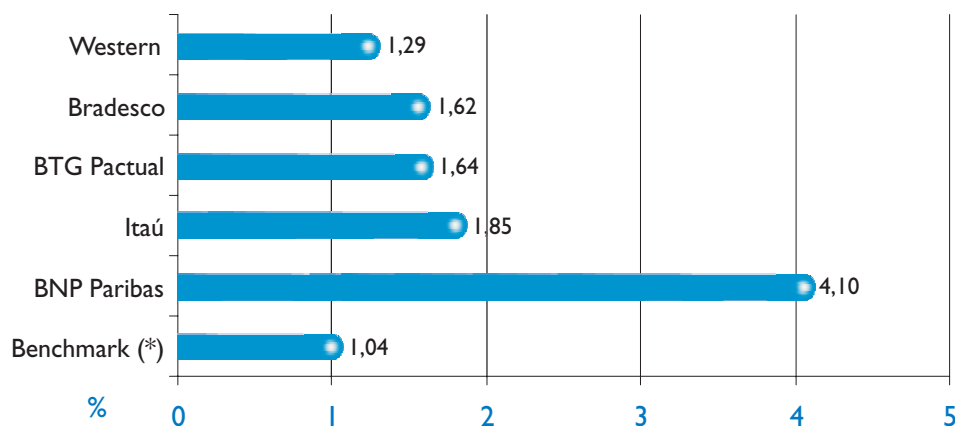
7.5 Desempenho em 2010

7.5.1 Por fundo de investimento de Renda Fixa



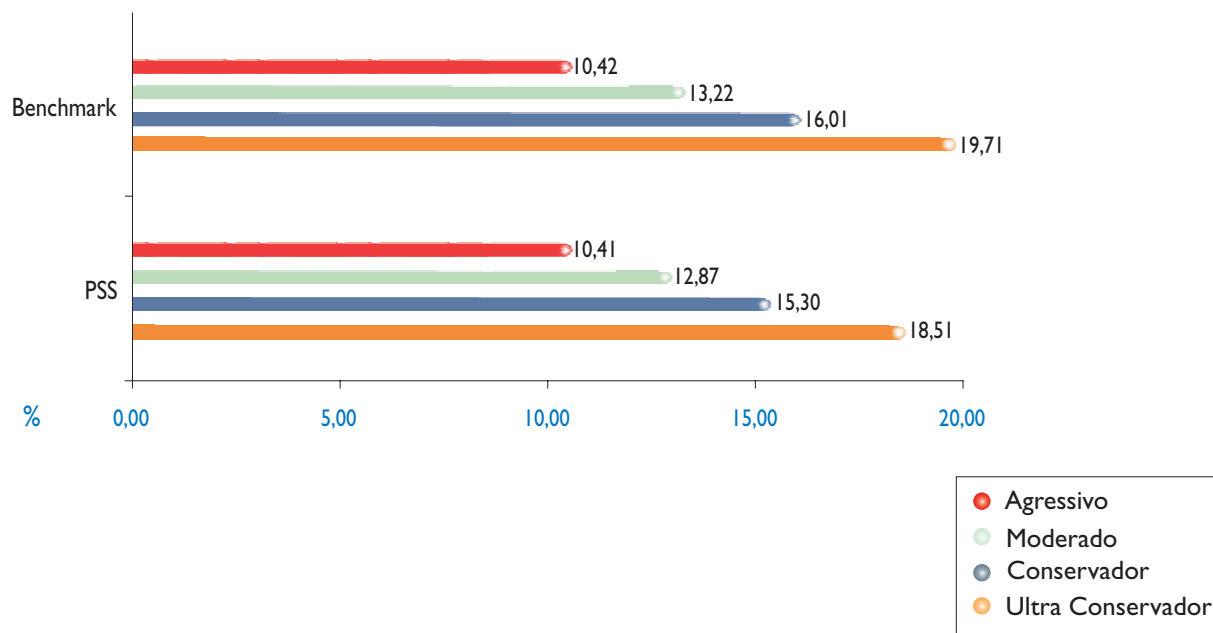
(*) 20% Selic+20% IMAC+60% IMAB (5⁺)

7.5.2 Por fundo de investimento de Renda Variável



(*) IBovespa

7.5.3 Por perfil de investimento



7.5.4 Rentabilidade real acumulada por perfil desde 1997 (*)

Valores em %

PERÍODO	ULTRA CONSERVADOR		CONSERVADOR		MODERADO		AGRESSIVO	
	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.
1997			18,4	18,4	21,4	21,4	24,0	24,0
1998			14,5	35,6	6,8	29,6	-1,1	22,7
1999			32,3	79,3	46,7	90,1	62,4	99,3
2000			9,4	96,2	7,9	105,1	6,2	111,5
2001			5,0	106,0	1,9	109,0	-1,3	108,9
2002			1,3	108,6	-2,3	104,1	-6,0	96,3
2003			21,0	152,4	27,3	159,9	33,8	162,7
2004			10,5	178,9	11,5	189,7	12,5	195,5
2005			15,2	221,2	18,3	242,6	21,2	258,2
2006			19,3	283,2	22,0	317,9	24,5	346,0
2007			17,3	349,5	22,2	410,7	27,3	467,6
2008			-6,2	321,7	-14,6	336,4	-22,9	337,6
2009			22,1	414,9	30,9	471,2	40,2	513,3
2010	11,6	11,6	8,5	458,8	6,3	506,9	3,9	537,4
Média Anual	11,6		13,1		13,7		14,1	

(*) Acima da inflação do período medida pelo IPC-DI (FGV)

7.6 Demonstrativo de Gestão

7.6.1 – Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

DESCRIÇÃO	2010	
	R\$ MIL	%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.171	100,0
1.1. Receitas	2.171	100,0
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	0	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.895	87,3
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	209	9,6
Receitas Diretas	67	3,1
2. Despesas Administrativas	2.171	100,0
2.1. Administração Previdencial	1.682	77,5
Pessoal e encargos	830	38,2
Serviços de terceiros	610	28,1
Despesas gerais	112	5,2
Depreciações e amortizações	10	0,5
Contingências	26	1,2
Outras Despesas	94	4,3
2.2. Administração dos Investimentos	489	22,5
Pessoal e encargos	249	11,5
Serviços de terceiros	209	9,6
Despesas gerais	22	1,0
Depreciações e amortizações	1	-
Contingências	8	0,4
Outras Despesas	0	-

7.6.2 – Gestão Externa

DESCRIÇÃO	2010	
	R\$ MIL	%
- Taxa Administrativa	781	40,4
- Corretagem	328	17,0
- Custódia	270	14,0
- Taxa de Performance	217	11,2
- Taxa Fiscalização CVM	183	9,4
- Despesas Gerais	130	6,7
- Auditorias	26	1,3
TOTAL	1.935	100,0

7.7 Política de Investimentos para 2011

7.7.1 Objetivos

Esta versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2011, tem como objetivo definir para os gestores, o custodiante de recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários, as diretrizes para os investimentos da PSS, de forma a garantir a sua segurança, liquidez e rentabilidade, visando otimizar a acumulação de rendimentos nas contas individuais do Plano C.

Nesse sentido ela contempla:

- Definir a alocação dos recursos do Plano e os limites por segmento de aplicação.
- Explicar a alocação dos recursos dos participantes em carteiras virtuais.
- Comunicar as metas de rentabilidade (índices de referência) para cada segmento de aplicação.
- Definir a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.
- Estabelecer a metodologia para valorização dos ativos financeiros.

- Estabelecer a utilização de instrumentos derivativos.
- Esclarecer a observância de princípios de responsabilidade sócio-ambiental nos investimentos.
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação dos gestores dos investimentos.
- Comunicar as funções do custodiante dos ativos.

7.7.2. Alocação de Recursos

Os recursos do Plano C serão alocados nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, através dos chamados fundos de investimentos exclusivos, ou seja, onde a PSS é a única cotista, e que possuem regulamentos desenhados sob medida para atender aos objetivos de investimentos dessa política. Adicionalmente, poderá ocorrer alocação de recursos nos segmentos de Investimentos no Exterior, bem como, no de Empréstimos a Participantes. As alocações do Plano ocorrerão, conforme os limites abaixo:

7.7.2.1) Renda Fixa

No máximo 100% e no mínimo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

Nos fundos de Renda Fixa será permitida a alocação em títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs/RDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGEs), letras financeiras bancárias, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

Os recursos aplicados em CDBs/RDBs e letras financeiras bancárias, por emissor, não deverão ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, DPGEs, CRIs e FIDCs esse limite será de 2% por emissor e 30% a nível global, considerando todos os emissores.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Andima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006.

7.7.2.2) Renda Variável

No máximo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

As aplicações serão principalmente através de fundos de ações cotadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo). Esses fundos, numa proporção menor (até 33% do patrimônio), poderão possuir também títulos de renda fixa, ou seja, os mencionados no item 2.1.

Será permitido aos fundos alugar, através da CBLC, até 50% da carteira mantida para uma dada ação.

As operações de compra ou venda de ações deverão ter no mínimo 80% de devolução da taxa padrão de corretagem da BOVESPA.

Dentro de um mesmo fundo exclusivo não serão permitidas operações de Day Trade.

7.7.2.3) Investimentos no Exterior

O máximo de alocação permitida nesse segmento será de 10% do total dos ativos garantidores do Plano.

Os investimentos serão feitos em ações e/ou títulos de renda fixa emitidos no exterior através de fundos constituídos no Brasil. Além disso, poderá haver investimentos em cotas de fundos de índices no exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil e em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de companhia aberta com sede no exterior (BDR – Brazilian Depositary Receipts).

7.7.2.4) Empréstimos a Participantes

No máximo 5% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

O limite para as operações com cada participante ativo ou suplementado será de respectivamente cinco e duas vezes o salário/benefício do mesmo. A taxa de juros cobrada será igual à da meta atuarial (IPC/DI da FGV + 6% a.a.). Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

7.7.3. Carteiras Virtuais dos Participantes

Conforme a opção de cada participante, os investimentos serão alocados em uma das quatro carteiras virtuais previstas no regulamento do Plano, de acordo com o tipo de perfil de investimento (ultraconservador, conservador, moderado e agressivo). Conseqüentemente, o saldo de investimento do participante será dividido da seguinte maneira, dependendo da opção:

- Ultraconservador : 100% em renda fixa.
- Conservador: 80% em renda fixa e 20% em ações.
- Moderado: 65% em renda fixa e 35% em ações.
- Agressivo: 50% em renda fixa e 50% em ações.

Haverá ainda outro tipo de carteira virtual, denominada Fundo Especial, que será composta por recursos dos participantes que se retiraram do Plano, mas não levaram, nos termos do regulamento do plano de benefícios, a parte relativa às contribuições da patrocinadora. Do total dos recursos dessa carteira, no máximo 30% será aplicado em ações.

7.7.4. Metas de Rentabilidade (Índices de Referência ou Benchmarks)

Apesar do Plano C não possuir meta atuarial e não fixar o nível de benefício futuro na suplementação, é objetivo dessa política de investimentos estabelecer metas de rentabilidade para os segmentos de modo a otimizar a acumulação de rendimentos nas contas individuais dos participantes.

Essas metas de rentabilidade serão estabelecidas da seguinte forma:

7.7.4.1) Renda Fixa

Para induzir os gestores a diversificar os indexadores do segmento de Renda Fixa, será adotado como meta de rentabilidade um índice composto da seguinte forma:

40% SELIC + 20% IMAC + 40% IMAB

Onde:

SELIC: rentabilidade acumulada das operações por 1 dia envolvendo títulos federais;

IMAC: rentabilidade, divulgada pela ANDIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IGPM;

IMAB: rentabilidade, divulgada pela ANDIMA, de uma

carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IPCA.

7.7.4.2) Renda Variável

Espera-se que as empresas mais voltadas ao consumo interno continuem a ter melhor desempenho que as voltadas ao setor externo, portanto a meta de rentabilidade para o segmento de Renda Variável será:

100% do IBOVESPA

Onde:

IBOVESPA: rentabilidade de uma carteira teórica composta pelas principais ações negociadas na **BOVESPA** (Bolsa de Valores de São Paulo). Essas ações em conjunto representam 80% do volume negociado nos 12 meses anteriores à formação da carteira. Como critério adicional, exige-se que a ação tenha no mínimo 80% de presença nos pregões do período.

7.7.4.3) Investimentos no Exterior

Como esse segmento envolverá uma gama muito ampla de modalidades de investimentos fora do Brasil, a sua meta de rentabilidade será IPC/DI da FGV + 6% a.a.

7.7.4.4) Empréstimos a Participantes

A meta de rentabilidade para o segmento de Empréstimos a Participantes será IPC/DI da FGV + 6% a.a.

7.7.5. Critérios de Gestão de Riscos

7.7.5.1) Crédito

Quanto ao risco de crédito dos investimentos em renda fixa no Brasil, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior 1 Ano	Até 1 Ano
FITCH RATINGS MOODY'S INVESTOR STANDARD & POORS	A -(bra) Aa3.br brA -	F2+(bra) BR-2 brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo crédito, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da sua manutenção.

Os empréstimos a participantes da PSS, visando resguardar o risco de crédito, serão concedidos conforme as Normas de Concessão de Empréstimos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/05/2007.

7.7.5.2 Liquidez

O Plano manterá alta liquidez, uma vez que os ativos serão principalmente títulos públicos e ações cotadas em bolsa. Portanto, praticamente não haverá risco do Plano deixar de cumprir suas obrigações por não conseguir se desfazer de seus ativos (iliquidez).

7.7.5.3 Mercado

Para evitar grandes desvios de retorno em relação à meta de rentabilidade estabelecida no item 4.1 acima, os fundos exclusivos de renda fixa terão como limite de VAR Relativo Paramétrico o valor de 0,5% ao mês com 95% de intervalo de confiança.

Da mesma forma, para evitar grandes desvios de retorno em relação à meta de rentabilidade estabelecida no item 4.2 acima, para os fundos de renda variável o limite de VAR Relativo Paramétrico será o valor de 10% ao ano com 95% de intervalo de confiança.

Caso esses limites acima estabelecidos sejam excedidos a PSS deverá ser consultada pelo gestor para aprovação da estratégia de reenquadramento.

7.7.5.4 Operacional

Visando mitigar o risco operacional causado principalmente por falhas humanas, fraudes e fragilidade nos mecanismos de controle interno, a PSS adotará a segregação de funções entre as suas áreas, manuais de controle e auditorias externas.

7.7.5.5 Legal

Para evitar inadequação dos contratos firmados pela Entidade, das alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefício e do Estatuto da Entidade, sempre haverá uma análise prévia por parte de advogado especializado na área de Previdência Complementar Fechada.

7.7.6. Metodologia para a Valorização dos Ativos Financeiros

Os preços dos ativos serão valorizados pelo custodiante de acordo com os níveis vigentes no Mercado, ou seja, será feita a chamada marcação a mercado.

7.7.7. Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão ter como

objetivo a proteção de até 100% das posições em ativos de renda fixa e renda variável detidas à vista.

7.7.8. Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental nos Investimentos

Os gestores deverão levar em conta, para direcionar os investimentos dos fundos, também os princípios de responsabilidade sócio-ambiental das empresas.

7.7.9. Critérios para Avaliação e Contratação de Gestores

Os gestores dos fundos exclusivos serão avaliados pelo Comitê de Investimentos da PSS, com base em sua solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento dessa política de investimentos e através de indicadores de performance passada, tais como rentabilidade obtida e seu desvio em relação às metas de rentabilidade (benchmarks).

O gestor que em cada um dos segmentos tiver sido o último colocado no biênio 2010 e 2011 em termos de rentabilidade e, ao mesmo tempo, não superar o benchmark, será passível de descredenciamento em 2012.

A ocorrência de mais de dois desenquadramentos voluntários anuais de risco poderá provocar o descredenciamento do gestor a qualquer tempo, a critério do Comitê de Investimentos.

Novos gestores poderão ser contratados para gerir os recursos da PSS, mas só após passarem por processo de seleção a ser conduzido por consultor externo.

7.7.10. Custódia

A custódia e controladoria dos ativos de todos os fundos do Plano C serão centralizadas no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- a liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- o registro e guarda dos títulos;
- a valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- a consolidação das informações para consultas.

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
PSS - Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da PSS - Seguridade Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da PSS - Seguridade Social. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da PSS - Seguridade Social, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC no 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

São Paulo, 01 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SPI27241/O-0

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

R\$ = MIL

Ativo	2010	2009	Passivo	2010	2009
Disponível	<u>1.451</u>	<u>214</u>	Exigível Operacional	<u>4.039</u>	<u>5.563</u>
Realizável	<u>2.236.858</u>	<u>2.041.670</u>	Gestão previdencial	2.968	4.143
Gestão Previdencial	1.034	3.653	Gestão administrativa	310	272
Gestão Administrativa	19	65	Investimentos	761	1.148
Investimentos	<u>2.235.805</u>	<u>2.037.952</u>	Exigível Contingencial	<u>17</u>	<u>0</u>
Debêntures	12.375	12.375	Gestão Administrativa	17	-
Fundos de Investimentos	2.135.142	1.919.948	Patrimônio Social	<u>2.234.253</u>	<u>2.036.321</u>
Investimentos Imobiliários	74.008	90.741	Patrimônio Cobertura do Plano	2.138.906	1.920.664
Empréstimos	12.706	11.921	Provisões Matemáticas	<u>1.846.469</u>	<u>1.728.494</u>
Financiamentos Imobiliários	1.113	2.498	Benefícios concedidos	1.267.940	1.188.349
Outros Realizáveis	461	469	Benefícios a conceder	578.529	540.145
			Equilíbrio técnico	<u>292.437</u>	<u>192.170</u>
			Resultados realizados	292.437	192.170
			Superávit técnico acumulado	292.437	192.170
			Fundos	<u>95.347</u>	<u>115.657</u>
			Programa Previdencial	95.347	115.657
Total do Ativo	2.238.309	2.041.884	Total do Passivo	2.238.309	2.041.884

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
CONSOLIDADA

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO		2010	2009	Varição (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.036.321	1.725.955	18,0
	1. Adições	317.742	420.117	(24,4)
(+)	Contribuições Previdenciais	12.926	21.418	(39,6)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	299.869	394.164	(23,9)
(+)	Receitas Administrativas	4.947	4.214	17,4
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	0	227	(100,0)
(+)	Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	0	94	(100,0)
	2. Destinações	(119.810)	(109.751)	9,2
(-)	Benefícios	(114.863)	(105.215)	9,2
(-)	Despesas Administrativas	(4.871)	(4.536)	7,4
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(76)	0	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	197.932	310.366	(36,2)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(117.975)	(200.940)	(41,3)
(+/-)	Fundos Previdenciais	20.310	(30.727)	(166,1)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(100.267)	(78.605)	27,6
	4. Operações Transitórias	0	0	-
(+/-)	Operações Transitórias			
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.234.253	2.036.321	9,7
	C) Fundos não previdenciais	0	0	-

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010

PLANO B

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO		2010	2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.295.559	-	-
	1. Adições	201.605	-	-
(+)	Contribuições Previdenciais	1.448	-	-
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	200.157	-	-
	2. Destinações	(88.053)	-	-
(-)	Benefícios	(88.053)	-	-
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-	-
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	113.552	-	-
(+/-)	Provisões Matemáticas	(13.553)	-	-
(+/-)	Fundos Previdenciais	268	-	-
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(100.267)	-	-
	4. Operações Transitórias	0	-	-
(+/-)	Operações Transitórias			
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.409.111	-	-
	C) Fundos não previdenciais	0	-	-

PLANO C

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO		2010	2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	740.762	-	-
	1. Adições	111.190	-	-
(+)	Contribuições Previdenciais	11.478	-	-
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	99.712	-	-
	2. Destinações	(26.810)	-	-
(-)	Benefícios	(26.810)	-	-
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	84.380	-	-
(+/-)	Provisões Matemáticas	(104.422)	-	-
(+/-)	Fundos Previdenciais	20.042	-	-
	4. Operações Transitórias	0	-	-
(+/-)	Operações Transitórias			
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	825.142	-	-
	C) Fundos não previdenciais	0	-	-

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010

PLANO B

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
1. Ativos	1.410.950	1.300.435	8,50
Disponível	445	6	7.316,67
Recebível	91	2.836	(96,79)
Investimento	1.410.414	1.297.593	8,69
Debêntures	12.375	12.375	-
Fundos de Investimento	1.321.678	1.191.515	10,92
Investimentos Imobiliários	74.008	90.741	(18,44)
Empréstimos	1.391	1.688	(17,59)
Financiamentos Imobiliários	501	805	(37,76)
Outros Realizáveis	461	469	(1,71)
2. Obrigações	1.839	4.876	(62,28)
Operacional	1.839	4.876	(62,28)
3. Fundos não Previdenciais	0	0	-
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.409.111	1.295.559	8,76
Provisões Matemáticas	1.114.426	1.100.873	1,23
Superávit/Déficit Técnico	292.437	192.170	52,18
Fundos Previdenciais	2.248	2.516	(10,65)

PLANO C

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
1. Ativos	827.032	741.177	11,58
Disponível	697	0	-
Recebível	944	818	15,40
Investimento	825.391	740.359	11,49
Fundos de Investimento	813.464	728.433	11,67
Empréstimos	11.315	10.233	10,57
Financiamentos Imobiliários	612	1.693	(63,85)
2. Obrigações	1.890	415	355,42
Operacional	1.890	415	355,42
3. Fundos não Previdenciais	0	0	-
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	825.142	740.762	11,39
Provisões Matemáticas	732.043	627.621	16,64
Fundos Previdenciais	93.099	113.141	(17,71)

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
CONSOLIDADA

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	0	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	4.947	-	-
I.1. Receitas	4.947	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.862	-	-
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	231	-	-
Receitas Diretas	844	-	-
Outras Receitas	10	-	-
2. Despesas Administrativas	4.947	-	-
2.1. Administração Previdencial	3.532	-	-
Pessoal e encargos	1.729	-	-
Serviços de terceiros	1.270	-	-
Despesas gerais	233	-	-
Depreciações e amortizações	21	-	-
Contingências	55	-	-
Outras Despesas	224	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	1.415	-	-
Pessoal e encargos	693	-	-
Serviços de terceiros	582	-	-
Despesas gerais	64	-	-
Depreciações e amortizações	5	-	-
Contingências	21	-	-
Outras Despesas	50	-	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	-	-
2.5. Outras Despesas	0	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	0	-	-
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	0	-	-
6. Operações Transitórias	0	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	0	-	-

VI – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

PLANO B

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	0	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	2.776	-	-
I.1. Receitas	2.776	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.967	-	-
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-
Receitas Diretas	777	-	-
Outras Receitas	10	-	-
2. Despesas Administrativas	2.776	-	-
2.1. Administração Previdencial	1.850	-	-
Pessoal e encargos	899	-	-
Serviços de terceiros	660	-	-
Despesas gerais	121	-	-
Depreciações e amortizações	11	-	-
Contingências	29	-	-
Outras Despesas	130	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	926	-	-
Pessoal e encargos	444	-	-
Serviços de terceiros	373	-	-
Despesas gerais	42	-	-
Depreciações e amortizações	4	-	-
Contingências	13	-	-
Outras Despesas	50	-	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	-	-
2.5. Outras Despesas	0	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	0	-	-
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	0	-	-
6. Operações Transitórias	0	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	0	-	-

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	0	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	2.171	-	-
I.1. Receitas	2.171	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.895	-	-
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	209	-	-
Receitas Diretas	67	-	-
2. Despesas Administrativas	2.171	-	-
2.1. Administração Previdencial	1.682	-	-
Pessoal e encargos	830	-	-
Serviços de terceiros	610	-	-
Despesas gerais	112	-	-
Depreciações e amortizações	10	-	-
Contingências	26	-	-
Outras Despesas	94	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	489	-	-
Pessoal e encargos	249	-	-
Serviços de terceiros	209	-	-
Despesas gerais	22	-	-
Depreciações e amortizações	1	-	-
Contingências	8	-	-
Outras Despesas	0	-	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	-	-
2.5. Outras Despesas	0	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	0	-	-
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	0	-	-
6. Operações Transitórias	0	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	0	-	-

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 PLANO B EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	1.406.863	1.293.043	8,80
I. Provisões Matemáticas	1.114.426	1.100.873	1,23
I.1. Benefícios Concedidos	1.039.620	1.018.202	2,10
Benefício Definido	1.039.620	1.018.202	2,10
I.2. Benefícios a Conceder	74.806	82.671	(9,51)
Benefício Definido	74.806	82.671	(9,51)
I.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	292.437	192.170	52,18
2.1. Resultados Realizados	292.437	192.170	52,18
Superávit técnico acumulado	292.437	192.170	52,18
Reserva de contingência	278.607	192.170	44,98
Reserva para revisão de plano	13.830	-	-
2.2. Resultados a realizar	-	-	-

PLANO C EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

R\$ = MIL

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	732.043	627.621	16,64
I. Provisões Matemáticas	732.043	627.621	16,64
I.1. Benefícios Concedidos	228.320	170.147	34,19
Contribuição Definida	195.837	149.421	31,06
Benefício Definido	32.483	20.726	56,73
I.2. Benefícios a Conceder	503.723	457.474	10,11
Contribuição Definida	482.899	453.449	6,49
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	236.022	222.393	6,13
Saldo de contas - parcela participantes	246.877	231.056	6,85
Benefício Definido	20.824	4.025	417,37
I.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
2.1. Resultados Realizados	-	-	-
2.2. Resultados a realizar	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 (em milhares de reais)

I. Contexto operacional

A PSS - Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 1977 sob a forma de sociedade civil pelas patrocinadoras (Philips do Brasil Ltda., PSS - Seguridade Social, Philips Eletrônica da Amazônia Ltda., Philips Eletrônica do Nordeste S.A., Philips Medical Systems Ltda., Inbraphil Ind. Brasileiras Philips Ltda., Atos Origin Brasil Ltda., Philips Business Communications Soluções Empresariais Ltda., NXP Semiconductors Brasil Comércio Importação e Exportação Ltda.) sendo o seu funcionamento autorizado por meio da Portaria no 1.384/78, do Ministério da Previdência Social (MPS). O objetivo da Entidade é assegurar aos seus participantes e seus dependentes legais os seguintes benefícios previdenciários:

- (a) Suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de serviço, especial e de abono anual.
- (b) Suplementação de pensão, auxílio-doença e pecúlio por morte.

Ao final do exercício de 1996, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar e implantado na Entidade um novo Plano de Suplementação, denominado Plano "C", com característica de contribuição definida para benefícios programáveis e benefício definido para os benefícios não programáveis. A Entidade conta também com o plano de benefício definido, denominado Plano "B", que foi encerrado para novas inscrições a partir da aprovação do Plano "C".

Em 31 de dezembro de 2010, a Entidade conta com 3.274 participantes ativos (3.484 em 2009), 3.962 já em gozo de benefícios (3.943 em 2009) e 261 em regime de benefício proporcional diferido *vesting* (220 em 2009).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução no 28/09 do CGPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar (atual CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar), a Instrução Normativa no 34/09 do MPS - Ministério da Previdência Social/SPC - Secretaria de Previdência Complementar (atual PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e a Resolução no 1272/10

do CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

A Resolução no 28/09 do CGPC introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, demonstração da mutação do ativo líquido, excluindo a demonstração do fluxo financeiro e demonstração do resultado. Em decorrência, alguns saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, anteriormente apresentados, foram reclassificados com o objetivo de proporcionar melhores condições de comparabilidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Os lançamentos contábeis quando aplicável são registrados com base no princípio da competência.

a. Realizável - gestão previdencial e administrativa

Os realizáveis da gestão previdencial são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

b. Realizável - investimentos

(i) Debêntures

Estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas por eventuais provisões para reduzi-las ao seu valor estimado de realização.

(ii) Fundos de investimentos - renda fixa e ações

A Secretaria de Previdência Complementar SPC (atual PREVIC), por meio da Resolução CGPC no 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC no 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

- títulos para negociação - os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- títulos mantidos até o vencimento - os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Renda fixa

Representa as aplicações em cotas de fundos de renda fixa e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pela instituição financeira custodiante.

Ações

Representa cotas de fundos de renda variável e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pela instituição financeira custodiante.

(iii) Investimentos imobiliários

Estão registrados pelo valor da última avaliação. Essa avaliação deve ser elaborada a cada três anos (edifício situado na Rua Cardoso de Melo, 1855, conjunto 121 - feita em 2009) ou pode ser realizada antes desse prazo (edifício situado na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 5º, 6º e 7º andar - feita em 2008), de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no tempo de vida útil informado nos laudos de reavaliação, sendo a taxa anual de 2,0 a 2,8% para edificações, e sua contrapartida é lançada como despesa no programa de investimentos.

Os valores dos recebíveis oriundos de vendas a prazo de imóveis estão demonstrados pelo valor de venda acrescidos dos juros e atualização monetária incorridos até 31 de dezembro de 2010.

(iv) Empréstimos e financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e suplementados). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado monetariamente com base na variação da TR e acréscido de juros até janeiro de 2002 e, para as concessões após janeiro de 2002, atualizado monetariamente pela variação do IPC/DI- FGV acrescido de juros à taxa mensal de 0,5%. Os valores dos empréstimos são concedidos líquidos de 2% ou 3% referente à taxa de administração.

(c) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(d) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente a avaliação a preço de mercado e de realização da carteira de investimentos, provisão para contingências e os passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

A demonstração da mutação do ativo líquido, destina-se à evidenciação das alterações do ativo líquido da Entidade Fechada de Previdência Complementar, no exercício a que se referir.

(f) Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, que corresponde à parte do ativo destinado à cobertura dos benefícios futuros e do exigível contingencial se houver.

(g) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Os registros das opera es administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa (PGA), segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA   constituído pelas receitas (investimentos e diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administra o previdencial, e dos investimentos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão custeadas integralmente pelo plano a que se referir, não cabendo rateio entre os demais planos.

As despesas administrativas comuns serão custeadas pelos planos de benefícios com base na seguinte metodologia:

- As despesas administrativas previdenciais serão custeadas pelos planos de benefícios administrados pela PSS, na proporção do número de participantes e assistidos de cada um.
- As despesas administrativas de investimentos serão custeadas pelos planos de benefícios administrados pela PSS, na proporção dos recursos garantidores de cada um.

(h) Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP)

A Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) tem como objetivo informar aos participantes e assistidos a evolução dos compromissos atuariais de seu plano de benefícios de forma mais detalhada, e também apresentar os saldos das reservas matemáticas de acordo com o plano de benefícios.

(i) Regime financeiro

Plano B - a Entidade adota o regime financeiro de: (i) capitalização (método do crédito unitário projetado) para os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, especial, por idade, por invalidez, benefício diferido, pensão por morte do aposentado e pecúlio por morte do aposentado; (ii) repartição de capitais de cobertura para pensão por morte do participante ativo, auxílio-doença e auxílio-reclusão; (iii) repartição simples para pecúlio por morte do participante ativo, resgate e portabilidade.

Plano C - a Entidade adota o regime financeiro de capitalização para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto para os benefícios de auxílio-doença e auxílio reclusão para os quais foi adotado o método de repartição de capitais de cobertura.

Para os benefícios a conceder estruturados em regime de capitalização, a provisão matemática, conforme o método de financiamento adotado, é apurada pelo valor atual dos benefícios futuros a serem pagos, proporcionalmente à vida laborativa dos participantes. Para os benefícios concedidos, a provisão matemática é o próprio valor presente dos benefícios futuros.

O custo do tempo de serviço anterior ao ingresso dos participantes no plano de benefícios definidos foi coberto parcialmente por dotação inicial e a constituição de provisões para a parte não coberta vinha sendo feita mensalmente por meio de parte das contribuições correntes. Com base no parágrafo 3º do artigo 41 do Regulamento do Plano de Benefícios, que prevê ajuste no plano de custeio em função dos ganhos observados no corrente plano de benefícios para redução de contribuições extraordinárias futuras, aprovado em 20 de outubro de 2009, o ganho verificado no exercício de 2008 e parte do ganho de 2009, foram utilizados para a liquidação antecipada da provisão matemática a constituir - serviço passado.

(j) Custeio administrativo

O custeio administrativo da Entidade engloba as despesas administrativas previdenciais e financeiras que são cobertas principalmente com recursos do resultado dos investimentos conforme estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (RPGA).

(k) PIS/COFINS

Contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

(l) Imposto de renda

Com advento da Lei no 11.053, de 29 de dezembro de 2004, publicada no DOU, em 30 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes do plano da Fundação, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, da seguinte forma:

- (i) Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.
- (ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

4. Ativo -Gestão previdencial

	2010	2009
Contribuições vincendas a receber:		
Patrocinadoras	46	619
Participantes	781	741
Autofinanciados	207	107
Outros realizáveis		2.186
	<u>1.034</u>	<u>3.653</u>

5. Ativo - Gestão administrativa

O saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 19 (R\$ 2.720 em 2009) é representado principalmente por custas advocatícias de processo em andamento.

O saldo em 31 de dezembro de 2009 era representado principalmente pelas parcelas a receber da ação de repetição de indébito no valor de R\$ 2.159 movida contra o INSS por conta das contribuições recolhidas ao INSS sobre o pagamento a autônomos na prestação de serviços assistenciais, recebido em 2010.

6. Ativo - investimentos

a. Debêntures

	2010	2009
	Valor contábil	Valor contábil
Plano B	<u>12.375</u>	<u>12.375</u>

b. Composição e avaliação pelo valor de mercado - títulos e valores mobiliários

	Plano B		Plano C		Total	
	Valor contábil		Valor contábil		Valor contábil	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimentos	<u>1.321.678</u>	<u>1.191.515</u>	<u>813.464</u>	<u>728.433</u>	<u>2.135.142</u>	<u>1.919.948</u>

Representadas por dois Fundos de Investimentos em Cotas de Fundo exclusivos administrados pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda. (Banco Itaú) e de um fundo exclusivo de renda fixa administrado por BRAM - Bradesco Asset Management Ltda. Estão apresentados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos na data de balanço.

c. Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

As cotas de fundos de renda fixa e de renda variável estão registradas pelo valor da cota, na data de encerramento do balanço, calculada e informada pela instituição financeira custodiante.

d. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	Plano B		Plano C		Total	
	Valor contábil		Valor contábil		Valor contábil	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Renda fixa						
Cotas de Fundo de Renda Fixa	<u>1.305.929</u>	<u>1.176.123</u>	<u>607.946</u>	<u>527.094</u>	<u>1.913.875</u>	<u>1.703.217</u>
Ações						
Cotas de Fundo de Ações	<u>15.749</u>	<u>15.392</u>	<u>205.518</u>	<u>201.339</u>	<u>221.267</u>	<u>216.731</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 12.375 (R\$ 12.375 em 2009), refere-se a 2.300 debêntures emitidas pela Hauscenter S.A., coproprietária do Edifício Word Trade Center em São Paulo (WTC), as quais estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisões para reduzi-las ao seu valor estimado de realização. A Entidade constituiu uma provisão para perdas, com base na diferença entre o valor contábil (valorizado pelo P.U. do papel corrigido pelo IGP-M) e o valor reavaliado do imóvel (WTC), conforme demonstrações financeiras publicadas da Hauscenter S.A., referentes a 31 de dezembro de 2005. Desta forma em 2009 foi considerado um novo custo para as debêntures e de acordo com o balanço divulgado pela Hauscenter, foi julgado pela Entidade que o valor contábil das debêntures está adequado, considerando o valor do patrimônio líquido da empresa superior ao valor contábil registrado pela Entidade, como também não há atraso no fluxo de pagamentos das remunerações.

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento em cotas de fundo exclusivo e do fundo exclusivo de renda fixa são compostos pelas seguintes aplicações em 31 de dezembro de 2010:

Fundos de Invest. Renda Fixa	2010	2009
Títulos para negociação		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.150.446	1.377.332
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	191.080	158.383
Notas do Tesouro Nacional (NTN-Over)	5.639	9.267
Nota Promissória Pós		1.057
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	44.063	6.778
Letras do Tesouro Nacional (LTN-Over)	43.291	7.660
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	276.816	82.493
Letras Financeiras	10.170	
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	52.121	18.222
Letras Financeiras do Tesouro (LFT-Over)	48.055	10.323
Debêntures	57.681	12.250
Debêntures - over	22.246	
Cotas de fundos de investimentos	5.585	4.738
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	5.163	14.818
Depósito Prazo Garantia Espécie (DPGE)	1.650	
Tesouraria, contas a receber e a pagar	(133)	(104)

Total Fundo de Invest. Renda Fixa 1.913.875 1.703.217

Fundos de investimento Ações

Títulos para negociação		
Ações	214.349	214.487
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	3.907	1.693
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.590	
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)		237
Tesouraria, contas a receber e a pagar	421	314

Total - Fundos de Investimento Ações 221.267 216.731

e. Investimentos imobiliários

Plano B

	2010	2009
Custo - Terrenos e edificações		
Imóveis locados a terceiros	<u>22.415</u>	<u>22.415</u>
	<u>22.415</u>	<u>22.415</u>
Custo - Instalações		
Imóveis locados a terceiros	<u>100</u>	<u>100</u>
	<u>100</u>	<u>100</u>
Depreciações		
Aluguel à receber	<u>(1.068)</u>	<u>(632)</u>
	<u>21.447</u>	<u>22.024</u>
Direito em alienação de imóveis (i)	<u><u>52.561</u></u>	<u><u>68.717</u></u>
Total de Investimentos Imobiliários	<u><u>74.008</u></u>	<u><u>90.741</u></u>

f. Empréstimos e financiamentos

	Plano B		Plano C		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Empréstimos a participantes ativos/assistidos	1.946	2.528	11.944	11.930	13.890	14.458
Provisão para perdas	(54)	(35)	(17)	(4)	(71)	(39)
	<u>1.892</u>	<u>2.493</u>	<u>11.927</u>	<u>11.926</u>	<u>13.819</u>	<u>14.419</u>

Reavaliação de imóvel

Em 2009 a Entidade realizou a reavaliação do imóvel localizado na Rua Dr. Cardoso de Mello, 1855, conj. 121. O efeito dessa reavaliação foi reconhecida contabilmente em maio de 2009, resultando em um aumento da carteira imobiliária de R\$ 584. O laudo foi elaborado pela empresa Cushman & Wakefield Semco.

Alienação de investimentos imobiliários (i)

Em novembro de 2007, a Entidade vendeu por R\$ 120.000, sua participação no Shopping Morumbi, para o Grupo Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. O montante de R\$ 48.000 foi recebido à vista e os R\$ 72.000 restantes foram financiados em 72 parcelas mensais a uma taxa de juros de 7% a.a. com atualização pela variação do IPCA (FGV). Em 31 de dezembro de 2010 o saldo financiado a receber é de R\$ 45.653 (R\$ 56.178 em 2009). O valor contábil antes da venda era de R\$ 63.361.

Em dezembro de 2006, a Entidade vendeu as cotas do SC Fundo de Invest. Imobiliário - Shopping Ribeirão Preto para o grupo Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. pelo valor de R\$ 40.000. O montante de R\$ 16.000 foi recebido à vista, e o restante R\$ 24.000, financiado em cinco anos, a uma taxa de juros de 9% a.a., com correção monetária mensal em função da variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo financiado a receber é R\$ 6.908 (R\$ 12.539 em 2009). O valor contábil antes da venda era de R\$ 29.865. De acordo com orientação dada pela SPC - Secretaria da Previdência Complementar (atual PREVIC) em maio de 2008 foi feita a reclassificação contábil da rubrica Participações em Fundo de Investimento Imobiliário Valor a Receber para Direito em Alienação de Imóveis.

7. Exigível operacional

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	1.183	193
Receitas futuras		1.055
IRRF a recolher	1.638	1.334
outros	147	1.561
	<u>2.968</u>	<u>4.143</u>
Gestão administrativa		
Credores diversos	310	272
	<u>310</u>	<u>272</u>
Investimentos		
Imobiliários	30	28
Empréstimos e financiamentos	162	242
Outros	569	878
	<u>761</u>	<u>1.148</u>

8. Exigível contingencial

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gestão administrativa		
PIS/COFINS a recolher	17	

A partir de setembro de 2010, de acordo com a liminar nos autos do Processo no 0011954-08.210.403.6100, a Entidade passou a provisionar e efetuar o depósito em juízo dos valores relativos a essas contribuições.

A PSS - Seguridade Social possui 26 processos judiciais cuja a probabilidade de perda é considerada remota

c. Composição do exigível atuarial

	Plano B		Plano C		Total	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisões matemáticas						
Benefício definido	1.039.620	1.018.202	32.483	20.726	1.072.103	1.038.928
Contribuição definida	-	-	195.837	149.421	195.837	149.421
	<u>1.039.620</u>	<u>1.018.202</u>	<u>228.320</u>	<u>170.147</u>	<u>1.267.940</u>	<u>1.188.349</u>
Benefícios concedidos						
Benefício definido	74.806	84.967	20.824	5.892	95.630	90.859
Contribuição definida			482.899	453.449	482.899	453.449
(-) Outras contribuições de geração atual		(2.296)		(1.867)		(4.163)
	<u>74.806</u>	<u>82.671</u>	<u>503.723</u>	<u>457.474</u>	<u>578.529</u>	<u>540.145</u>
Benefícios a conceder						
	<u>74.806</u>	<u>82.671</u>	<u>503.723</u>	<u>457.474</u>	<u>578.529</u>	<u>540.145</u>
(-) Provisão matemática a constituir		(*)				(*)
	<u>1.114.426</u>	<u>1.100.873</u>	<u>732.043</u>	<u>627.621</u>	<u>1.846.469</u>	<u>1.728.494</u>

(*) O valor dessa provisão (Nota 3(i)), foi totalmente amortizada no exercício de 2009. Foram utilizados para a liquidação antecipada dessa provisão, o ganho verificado no exercício de 2008 (R\$ 10.771) e parte do ganho de 2009 (R\$ 25.431).

pelos seus advogados e pela administração, razão pela qual não é constituída provisão para perdas.

9. Exigível atuarial

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo contratado pela Entidade, no caso a Mercer Human Resource Consulting Ltda., por meio de parecer, em conformidade com critérios aprovados pela SPC (atual PREVIC), e estão representados por:

a. Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios pagos aos assistidos já em gozo do benefício.

b. Benefícios a conceder

(i) Plano "B" e Plano "C" (benefícios definidos)

correspondem ao valor atual dos benefícios futuros, apurados de forma proporcional à vida laborativa dos participantes ativos e autopatrocinados.

(ii) Plano "C" (contribuições definidas)

correspondem às contribuições individuais dos participantes, acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.

d. Hipóteses financeiras e biométricas

(i) Hipóteses financeiras

As principais hipóteses econômicas utilizadas na apuração das provisões matemáticas levaram em consideração a taxa real anual de juros de 6% a.a. e uma projeção de crescimento real de salário de 2,5% a.a.

(ii) Hipóteses biométricas

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A utilização dessas tábuas deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de participantes da Entidade. Em 2005, A PSS decidiu por ajustar sua tábua de mortalidade geral de forma gradativa, mudando a expectativa de vida da população sem criar um grande impacto no custo do Plano.

Com a publicação da Resolução CGPC no 18, de 28 de março de 2006, foi estabelecida a Tábua AT-1983 como nova tábua mínima de mortalidade geral e o prazo de adequação à referida resolução como sendo dezembro de 2008. Sendo assim, após adoção gradativa da diferença entre AT-1983 e a GAM-1971 agravada nos últimos anos, foi considerado na avaliação atuarial de 2008 a AT-1983 na sua totalidade.

Até 2009, era utilizada uma hipótese de composição familiar para os participantes aposentados que não tivessem informação de cônjuge em seu cadastro, na qual se considerava que 80% desses participantes eram casados sendo a esposa quatro anos mais nova. Este ano foi adotada a composição familiar real para todos os aposentados.

10. Equilíbrio técnico

a. Reserva de contingência

Constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC no 26/08. Refere-se a parte do resultado superavitário do Plano B, correspondente a 25%, que excedeu o valor das provisões matemáticas, cuja movimentação durante 2010 apresentou-se como segue:

	<u>Plano B</u>
	<u>2010</u>
Saldo inicial	192.170
Resultado apurado no exercício de 2010	86.437
Saldo final	<u>278.607</u>

b. Reserva especial para revisão do Plano

Constituída de acordo com o artigo 8º da Resolução CGPC no 26/08. Refere-se a parte do resultado

superavitário após constituição de 25% de reserva de contingência, cuja movimentação durante 2010 apresentou-se como segue:

	<u>Plano B</u>
	<u>2010</u>
Saldo inicial	
Resultado apurado no exercício de 2010	13.830
Saldo final	<u>13.830</u>

11. Fundos

Previdencial

a. Fundo especial - Plano "C"

Conforme previsto no Regulamento Básico do Plano "C" (artigo 18 parágrafo 4), a Entidade vem constituindo um fundo para cobertura de benefícios de risco e para futuras contribuições das patrocinadoras, utilizando-se de sobras da conta patronal. Com base em parecer atuarial de 24 de agosto de 2009, o Fundo Especial foi subdividido em dois fundos em 31 de agosto de 2009:

- Fundo Especial - Reavaliado - utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a futura mudança na tábua de mortalidade, eventual redução da taxa real anual de juros, cobrir os pagamentos dos benefícios de risco e eventuais perdas atuariais nos compromissos a eles relacionados. O saldo desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 23.396 (R\$ 29.467 em 2009);
- Fundo Especial - Redução de Contribuições Patrocinadoras - utilizado para redução das contribuições futuras das patrocinadoras. O saldo desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 52.464 (R\$ 60.975 em 2009).

b. Fundo de retirada de patrocínio da Atos Origin

A partir de 1º de outubro de 2005 a patrocinadora Atos Origin Brasil Ltda. decidiu rescindir parcialmente o convênio de adesão retirando-se do Plano "C" da PSS e transferir as provisões matemáticas dos participantes envolvidos para a Bradesco Vida e Previdência. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC (atual PREVIC) em novembro de 2007. O valor do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.984 (R\$ 1.672 em 2009).

c. Fundo de retirada de patrocínio da LP Displays Brasil Ltda.

A partir de 1º de dezembro de 2006 a patrocinadora LP Displays Brasil Ltda. decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC (atual PREVIC) em setembro de 2007. Os saldos dos valores do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2010 no Plano "B" é de R\$ 2.248 (R\$ 2.515 em 2009) e no Plano "C" é de R\$ 14.602 (R\$ 17.566 em 2009).

d. Fundo de retirada de patrocínio da Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda.

A partir de 1o de setembro de 2007 a patrocinadora Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda. decidiu rescindir os convênios de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada foi

homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC (atual PREVIC) em agosto de 2008. Os saldos dos valores do Fundo Previdencial de Retirada em 31 de dezembro de 2010 no Plano "B" encontra-se zerado e no Plano "C" é de R\$ 653 (R\$ 3.462 em 2009).

Diretoria

Luiz A.B. Dias da Silva
Diretor Gerente e Financeiro

Jose Carlos C. Cadima
Diretor Administrativo

Sergio Nery
Diretor de Seguridade

Contador
Rodolfo Martins
CRC 1SP261248/O-5

9 Pareceres

9.1 Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, bem como o parecer do Atuário, Mercer Human Resource Consulting Ltda recomendou ao Conselho Deliberativo, em reunião realizada em 02/03/2011, a aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 2010, elaborados nos termos da Resolução CGPC/ MPS nº28, de 26/01/2009.

São Paulo, 02 de março de 2011.

9.2 Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer do Conselho Fiscal, datado de 02/03/2011, bem como o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, aprovou em reunião realizada em 16/03/2011, as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2010, elaboradas nos termos da Resolução CGPC/MPS nº 28, de 26/01/2009.

São Paulo, 16 de março de 2011.

0 Demonstrativos de Investimentos em 31 de Dezembro de 2010

10.1 Anexo - I

(Em milhares de Reais)

Fundo de Investimento Renda Fixa Multiply (Adm. Santander Asset Management DTVM S A)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/03/12	148	0,12
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/09/12	450	0,35
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/09/13	31	0,02
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/03/14	50	0,04
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/03/15	30.122	23,45
			<u>30.801</u>	<u>23,98</u>
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/11	5.206	4,05
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/12	5.037	3,92
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/13	2.421	1,88
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/15	6.936	5,40
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/17	5.957	4,64
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/20	4.390	3,41
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/24	4.404	3,43
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/35	3.861	3,01
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/45	4.673	3,63
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/50	3.513	2,73
			<u>46.398</u>	<u>36,10</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/31	9.216	7,18
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/21	7.634	5,94
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/03/11	1.899	1,48
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/17	5.537	4,31
			<u>24.286</u>	<u>18,91</u>
Títulos Privados				
Certificado de Depósito Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BICBANCO	CDI	27/06/11	671	0,52
HSBC	CDI	01/04/11	2.382	1,85
ALFA	CDI	23/05/11	1.227	0,95
ITAÚ	CDI	04/07/11	5.787	4,5
VOTORANT	CDI	19/09/11	3.755	2,92
			<u>13.822</u>	<u>10,74</u>
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
TRAC	IPCA	15/05/14	1.365	1,06
VIVO	CDI	15/10/13	1.688	1,31
ECORODO	CDI	15/05/13	367	0,29
ALUP	CDI	15/12/13	405	0,32
			<u>3.825</u>	<u>2,98</u>
Cotas de Fundos de Investimento				
Emitente			Valor	% s/ Total
CREDITO CORP BRASIL			1.015	0,79
Operações Compromissadas			8.332	6,49
Outros Valores				
Depósitos Bancários			19	0,01
Total do Ativo			<u>128.498</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar				
Diversos			22	0,02
Patrimônio Líquido			128.476	99,98
Total do Passivo			<u>128.498</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	1.130.854,53926			
Valor Cota Unitária:	113,6086722			

Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Ideal (Adm. pela Sul America Investimentos DTVM S/A)				
Aplicações Títulos Públicos Federais Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/09/14	10.120	7,87
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/09/16	6.810	5,29
			<u>16.930</u>	<u>13,16</u>
Letras Tes. Nacional	PRE	01/07/11	5.492	4,27
Letras Tes. Nacional	PRE	01/10/11	6.614	5,14
			<u>12.106</u>	<u>9,41</u>
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/15	5.830	4,54
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/20	5.024	3,90
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/24	4.338	3,37
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/35	985	0,76
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/40	3.843	2,98
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/45	3.584	2,78
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/50	2.810	2,18
			<u>26.414</u>	<u>20,51</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/31	27.591	21,44
Notas do Tes. Nacional - F	PRE	01/01/12	5.153	4,00
Títulos Privados Certificado de Depósito Bancário Emitente BRADESCO	Indexador IPCA	Vencimento 07/08/15	Valor 1.216	% s/ Total 0,94
Debêntures Emitente LIGHT	Indexador CDI	Vencimento 01/06/11	Valor 315	% s/ Total 0,24
ECORODO	CDI	15/05/13	1.098	0,85
CBEE	CDI	15/12/12	643	0,5
			<u>2.056</u>	<u>1,59</u>
Cotas de Fundos de Investimento Emitente BEMD			Valor 739	% s/ Total 0,57
INTRAG			55	0,04
VOTORANT			428	0,33
			<u>1.222</u>	<u>0,95</u>
Operações Compromissadas			35.999	27,98
Outros Valores Depósitos Bancários			21	0,02
Total do Ativo			<u>128.708</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar Diversos			25	0,00
Patrimônio Líquido			128.683	100,0
Total do Passivo			<u>128.708</u>	<u>100,0</u>
Quantidade de Cotas:	10.809.388,689540			
Valor Cota Unitária:	11,90463640			

Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Plano B (Administrado pelo Banco Bradesco S A)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/11	128	0,01
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/13	34.677	2,72
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/14	40.114	3,14
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/15	188.273	15,00
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/16	20.189	1,58
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/17	111.960	8,78
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/20	101.710	7,98
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/24	166.696	13,09
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/35	196.800	15,44
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/45	2.574	0,20
			<u>863.121</u>	<u>67,71</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/21	25.448	2,0
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/31	43.266	3,4
			<u>68.714</u>	<u>5,40</u>
Títulos Privados				
Certificado de Depósito Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BTGP	CDI	20/06/11	20.059	1,57
PACTUALB	CDI	27/06/11	25.032	1,96
SAFRA	CDI	28/02/11	51.773	4,06
VOTORANT	CDI	14/03/11	51.598	4,05
SANTANDE	CDI	14/03/11	51.552	4,04
BES INV	CDI	13/01/11	51.604	4,05
			<u>251.618</u>	<u>19,73</u>
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BNDESPAR	IPCA	15/01/17	15.264	1,20
HYPE	IPCA	15/07/16	16.123	1,26
ITAUBANC	CDI	15/06/11	20.082	1,58
			<u>51.469</u>	<u>4,04</u>
Operações Compromissadas			39.723	3,12
Outros Valores				
Depósitos Bancários			5	0,00
Total do Ativo			<u>1.274.650</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar				
Diversos			71	0,00
Patrimônio Líquido			<u>1.274.579</u>	<u>100,00</u>
Total do Passivo			<u>1.274.650</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	547.256.320,373360			
Valor Cota Unitária:	2,32903370			

Life Fundo de Investimento Renda Fixa (Administrado pelo Banco BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.)				
Aplicações Títulos Públicos Federais	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Tipo Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	16/03/11	936	0,75
Letras Fin. Tes. Nacional	CDI	16/12/13	1.807	1,44
Letras Fin. Tes. Nacional	CDI	17/12/12	1.203	0,96
Letras Fin. Tes. Nacional	CDI	30/08/12	1.864	1,49
			<u>4.874</u>	<u>3,89</u>
Letras Tes. Nacional	PRE	01/01/11	500	0,40
Letras Tes. Nacional	PRE	01/07/11	3.125	2,49
Letras Tes. Nacional	PRE	01/07/12	15.214	12,15
			<u>18.839</u>	<u>15,04</u>
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/11	1.252	1,00
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/11/11	4.470	3,57
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/12	734	0,59
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/13	14.975	11,96
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/15	7.112	5,68
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/15/17	144	0,12
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/20	12.604	10,07
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/40	10.048	8,03
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/45	418	0,33
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/50	2.503	2,00
			<u>54.260</u>	<u>43,35</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/03/11	1.961	1,57
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/17	6.398	5,11
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/21	6.530	5,22
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/31	9.377	7,50
			<u>24.266</u>	<u>19,40</u>
Notas do Tes. Nacional - F	PRE	01/01/12	11	0,01
Títulos Privados Certificado de Depósito Bancário	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente FIBRABM	CDI	09/03/11	124	0,10
Dep Prazo Garantia Espécie	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente MERC BR	CDI	04/03/13	1.650	1,32
Debêntures	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente TRNA	CDI	15/12/15	1.408	1,12
ABNOTE	CDI	20/04/13	389	0,31
LIGHT	CDI	01/06/11	194	0,16
VIVO	CDI	15/10/13	1.417	1,13
SABESP	CDI	01/03/15	1.842	1,47
SABESP	CDI	01/03/13	348	0,28
ELETROP	CDI	01/04/14	925	0,74
RODNO	CDI	15/11/15	2.168	1,73
NATU	CDI	26/05/13	1.011	0,81
ITSA	CDI	01/06/13	1.064	0,85
TLNL	CDI	15/04/14	440	0,35
AMIL	CDI	15/10/13	98	0,08
AMIL	CDI	15/10/14	172	0,14
SAFRA	CDI	21/03/11	2.165	1,73
			<u>13.641</u>	<u>10,90</u>
Cotas de Fundos de Investimento			Valor	% s/ Total
Emitente CHEMICAL VI IP SENIO			516	0,41
GLOBEX FIDC MERC			406	0,32
			<u>922</u>	<u>0,73</u>
Operações Compromissadas			5.639	4,51
Outros Valores Depósitos Bancários			7	0,00
Total do Ativo			<u>125.169</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar Diversos			36	0,00
Patrimônio Líquido			125.133	100,00
Total do Passivo			<u>125.169</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	10.510.527,736460			
Valor Cota Unitária:	11,90545390			

Futuro Previdenciário Renda Fixa - Fundo de Investimento (Administrado pelo Banco Itaucard S A)				
Aplicações Títulos Públicos Federais				
Tipo Letras Fin. Tes. Nacional	Indexador Selic	Vencimento 21/09/11	Valor 72	% s/ Total 0,06
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/12	1.430	1,12
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/13	1.591	1,25
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/17	13.890	10,91
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/20	7.437	5,84
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/24	13.284	10,41
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/30	165	0,13
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/35	15.161	11,88
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/40	179	0,13
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/45	21.850	17,16
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/50	4.970	3,89
			<u>79.957</u>	<u>62,72</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/17	3.152	2,47
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/21	5.912	4,63
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/31	16.186	12,71
			<u>25.250</u>	<u>19,81</u>
Títulos Privados Letra Financeira				
Emitente BRADESCO VOTORANT	Indexador CDI CDI	Vencimento 08/06/12 06/07/12	Valor 2.125 3.171	% s/ Total 1,67 2,49
			<u>5.296</u>	<u>4,16</u>
Certificado de Depósito Bancário				
Emitente ITAÚ ALFAINV SAFRA ALFAINV VOLKS IPCA HSBC	Indexador CDI IPCA IPCA IPCA IPCA CDI	Vencimento 05/02/16 24/06/15 25/06/15 26/06/15 27/06/15 29/01/10	Valor 1.197 1.060 993 1.429 1.304 2.812	% s/ Total 0,94 0,83 0,78 1,12 1,02 2,20
			<u>8.795</u>	<u>6,89</u>
Debêntures				
Emitente MIA ANHANGUE BISA ITL	Indexador CDI CDI CDI CDI	Vencimento 22/11/15 03/11/12 15/01/14 16/03/11	Valor 1.115 708 338 3.568	% s/ Total 0,88 0,56 0,27 2,80
			<u>5.729</u>	<u>4,51</u>
Cotas de Fundos de Investimento				
Emitente GLOBEX FIDC MERC FIDC LOJAS RENNER			Valor 1.218 1.208	% s/ Total 0,96 0,95
			<u>2.426</u>	<u>1,91</u>
Outros Valores Depósitos Bancários			6	0,00
Total do Ativo			<u>127.531</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar Diversos			17	0,00
Patrimônio Líquido			127.514	100,00
Total do Passivo			<u>127.531</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas: 1.074.073,141330				
Valor Cota Unitária: 118,71887680				

Fidelidade L. Fundo de Inv. Renda Fixa (Administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/03/15	3.148	2,43
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	07/09/13	234	0,18
			<u>3.382</u>	<u>2,61</u>
Letras Tes. Nacional	PRE	01/01/11	500	0,39
Letras Tes. Nacional	PRE	01/07/11	7.575	5,84
Letras Tes. Nacional	PRE	01/07/12	5.043	3,89
			<u>13.118</u>	<u>10,12</u>
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/14	2.220	1,71
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/17	12.170	9,40
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/20	8.658	6,69
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/24	13.196	10,20
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/30	208	0,16
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/35	16.098	12,43
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/40	854	0,66
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/45	23.217	17,92
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/50	3.675	2,83
			<u>80.296</u>	<u>62,00</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/17	2.970	2,29
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/21	6.001	4,64
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/31	12.002	9,27
			<u>20.973</u>	<u>16,20</u>
Títulos Privados				
Certificado de Depósito Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BRADESCO	CDI	19/12/12	1.242	0,96
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BR MALLS	IPCA	15/07/16	537	0,42
SABESP	CDI	01/03/15	608	0,47
SABESP	CDI	01/03/13	303	0,23
NATU	CDI	26/05/13	1.011	0,78
ITSA	CDI	01/06/13	745	0,58
			<u>3.204</u>	<u>2,48</u>
Operações Compromissadas			7.292	5,63
Outros Valores				
Depósitos Bancários			6	0,00
Total do Ativo			<u>129.513</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar				
Diversos			23	0,00
Patrimônio Líquido			<u>129.490</u>	<u>100,00</u>
Total do Passivo			<u>129.513</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	11.094.050.29902			
Valor Cota Unitária:	11,67202920			

ABN AMRO Fundo de Inv. em Ações Multiply Variable (Adm. pelo Banco BNP Baribas Asset Management Brasil S/A)

Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
BRADESCODIR PRE NI	973	8,59	8	0,02
BRADESCOPN EJ NI	52.440	32,65	1.712	3,86
BRADESPAR S/A PN NI	27.742	43,32	1.202	2,71
BR INSURANCE ON NM	140	1.980,00	277	0,63
BMFBOVESPA ON EJ NM	160.728	13,13	2.110	4,76
CCR RODOVIAS ON NM	17.410	46,90	817	1,84
CIELO ON NM	19.430	13,45	261	0,59
COPEL PNB NI	24.709	41,50	1.025	2,31
COSAN ON NM	30.675	27,61	847	1,91
SID NACIONAL ON	28.414	26,67	758	1,71
DURATEX ON NM	51.450	17,85	918	2,07
ECORODOVIAS ON NM 3	38.890	12,78	497	1,12
EVEN ON NM	63.540	8,60	546	1,23
FIBRIA ON NM	54.490	26,49	1.443	3,26
GAFISA ON NM	19.330	12,04	233	0,53
GERDAU PN NI	55.480	22,67	1.258	2,84
GERDAU MET PN NI	22.080	26,80	592	1,34
GOL PN N2	14.890	25,10	374	0,84
HYPERMARCAS ON NM	32.980	22,53	743	1,68
ITAUUNIBANCO PN EDJ NI	96.564	39,79	3.842	8,67
JBS ON NM	124.270	7,17	891	2,01
KLABIN S/A PN NI	73.560	5,85	430	0,97
LOJAS AMERIC PN II 0	51.480	15,31	788	1,78
LIGHT S/A ON NM	39.620	25,43	1.008	2,27
MMX MINER ON NM	46.590	11,23	523	1,18
OGX PETROLEO ON NM	86.331	20,00	1.727	3,90
PDG REALT ON NM	254.056	10,16	2.581	5,82
PETROBRAS ON EJ	200.718	30,55	6.132	13,84
RAIA ON NM	8.730	25,44	222	0,50
ROSSI RESID ON NM	43.110	14,79	638	1,44
TAM S/A ON N2	616	37,50	23	0,05
TAM S/A PN N2	10.107	38,96	394	0,89
TIM PART S/A PN	257.516	5,51	1.419	3,20
USIMINAS PNA EJ NI	54.960	19,16	1.053	2,38
VALE ON NI	44.276	55,33	2.450	5,53
VALE PNA NI	78.583	48,50	3.811	8,59
	2.186.878		43.553	98,27
Títulos Públicos Federais Tipo Letras Fin. Tes. Nacional	Indexador Selic	Vencimento 7/12/2010	Valor 18	% s/ Total 0,04
Operações Compromissadas			812	1,83
Outros Valores Depósitos Bancários Valor a Receber			7 142 <u>149</u>	0,02 0,32 0,34
Total do Ativo			44.532	100,48
Valores a Pagar Diversos			212	0,48
Patrimônio Líquido			44.320	100,00
Total do Passivo			44.532	100,48
Quantidade de Cotas: 3.521.225,60038 Valor Cota Unitária: 12,5863905				

Bradesco Fundo de Inv. em Ações Ideal (Adm. pelo Bradesco Asset Management S/A DTVM)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
AMBEV PN	10.579	50,52	534	1,20
AMIL ON NM	25.168	17,80	448	1,01
BRASIL ON EJ NM	37.998	31,42	1.194	2,69
BRDESCODIR PRE N I	934	8,59	8	0,02
BRDESCOPN EJ N I	56.416	32,65	1.842	4,14
BRADSPAR S/A PN N I	9.654	43,32	418	0,94
BRF FOODS ON EJ NM	22.739	27,34	622	1,40
BRASKEM PNA N I	23.219	20,37	473	1,06
BRASIL TELECOM PN *	20.536	12,00	246	0,55
BMFBOVESPA ON EJ NM	129.411	13,13	1.699	3,82
CCR RODOVIAS ON NM	7.429	46,90	348	0,78
CEMIG PN N I	12.648	26,71	338	0,76
COPEL PNB N I	10.763	41,50	447	1,00
COSAN ON NM	20.756	27,61	573	1,29
SID NACIONAL ON	31.847	26,67	849	1,91
CYRELA REALT ON NM	35.524	21,85	776	1,75
DURATEX ON NM	11.929	17,85	213	0,48
ECORODOVIAS ON NM	31.175	12,78	398	0,90
ELETROBRAS ON NM	19.381	22,24	431	0,97
EMBRAER ON NM	21.373	11,80	252	0,57
FIBRIA ON NM	16.414	26,49	435	0,98
AES TIETE PN	18.435	24,00	442	1,00
GAFISA ON NM	52.215	12,04	629	1,41
GERDAU PN N I	75.029	22,67	1.701	3,83
GOL PN N2	22.185	25,10	557	1,25
ITAUSAPN N I	75.307	13,20	994	2,24
ITAUUNIBANCO PN EDJ N I	51.916	39,79	2.066	4,65
LOJAS AMERIC PN I I O	35.893	15,31	550	1,24
LOJAS RENNER ON NM	14.239	56,40	803	1,81
MILLS ON EJ NM	7.026	20,60	145	0,33
MMX MINER ON NM	65.820	11,23	739	1,66
MRV ON EJ NM	43.500	15,61	679	1,53
IOCHP-MAXION ON NM	9.244	24,10	223	0,50
NATURA ON NM	11.997	47,69	572	1,29
OGX PETROLEO ON NM	98.453	20,00	1.969	4,43
P.ACUCAR-CBD PNA N I	10.658	69,30	739	1,66
PDG REALT ON NM	185.383	10,16	1.883	4,24
PETROBRAS PN EJ	206.870	27,29	5.645	12,69
LOCALIZA ON EJ NM	8.464	26,90	228	0,51
ROSSI RESID ON NM	42.719	14,79	632	1,42
TAM S/A ON N2	352	37,50	13	0,03
TAM S/A PN N2	4.222	38,96	164	0,37
TRACTEBEL ON NM	12.021	27,45	330	0,74
TIM PART S/A PN	76.319	5,51	421	0,95
ULTRAPAR PN N I	3.217	105,10	338	0,76
USIMINAS ON EJ N I	52.993	21,35	1.131	2,55
VALE ON N I	16.131	55,33	893	2,01
VALE PNA N I	127.492	48,50	6.183	13,90
VIVO PN EJ	6.343	53,30	338	0,76
	1.890.336		43.551	97,98
			Valor	% s/ Total
Operações Compromissadas			1.357	3,05
Outros Valores				
Depósitos Bancários			7	0,01
Valor a Receber			194	0,44
			<u>201</u>	<u>0,45</u>
Total do Ativo			<u>45.109</u>	<u>101,48</u>
Valores a Pagar				
Diversos			657	1,48
Patrimônio Líquido			44.452	100,00
Total do Passivo			<u>45.109</u>	<u>101,48</u>
Quantidade de Cotas: 4.686.500,54069				
Valor Cota Unitária: 9,48496300				

Life Fundo de Investimento em Ações (Admin. pelo Western Asset Management Company DTVM Ltda.)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ALL AMER LAT ON NM	14.577	15,00	219	0,49
ALPARGATAS PN NI	33.223	10,79	358	0,80
BRASIL ON EJ NM	62.828	31,42	1.974	4,40
BRDESCODIR PRE NI	670	8,59	6	0,01
BRDESCOPN EJ NI	32.254	32,65	1.053	2,35
BROOKFIELD ON NM	100.641	8,65	871	1,94
BRADSPAR S/A PN NI	41.547	43,32	1.800	4,01
BRF FOODS ON EJ NM	6.566	27,34	180	0,40
BRASKEM PNA NI	28.702	20,37	585	1,30
BMFBOVESPA ON EJ NM	94.058	13,13	1.234	2,75
CESP PNB NI	5.259	27,00	142	0,32
CIELO ON NM	108.589	13,45	1.461	3,26
CEMIG PN NI	34.313	26,71	917	2,04
COELCE PNA	1.939	28,25	55	0,12
COPEL PNB NI	19.086	41,50	792	1,77
COPASA ON NM	2	28,70	-	-
SID NACIONAL ON	39.267	26,67	1.047	2,33
CYRELA REALT ON NM	34.565	21,85	755	1,68
ELETROBRASON EG NI	7.535	22,24	168	0,37
ELETROBRASPNB EG NI	4.598	26,75	123	0,27
ELETROP PAULO PN N2	14.959	32,11	480	1,07
EMBRAER ON NM	886	11,80	10	0,02
EVEN ON NM	89.068	8,60	766	1,71
FIBRIA ON NM	7.212	26,49	191	0,43
AES TIETE PN	970	24,00	23	0,05
GAFISA ON NM	75.531	12,04	909	2,03
GERDAU PN NI	55.036	22,67	1.248	2,78
GAZETA MERC PN *	1.990.050	1,56	3	0,01
GERDAU MET PN NI	27.471	26,80	736	1,64
GOL PN N2	25.027	25,10	628	1,40
ITAUSAPN NI	23.696	13,20	313	0,70
ITAUNIBANCO PN EDJ NI	87.114	39,79	3.466	7,73
JBS ON NM	63.052	7,17	452	1,01
KLABIN S/A PN NI	29.378	5,85	172	0,38
LOJAS AMERIC PN IIO	19.584	15,31	300	0,67
MARFRIG ON EJ NM	20.507	15,50	318	0,71
OGX PETROLEO ON NM	41.248	20,00	825	1,84
P.ACUCAR-CBD PNA NI	2.511	69,30	174	0,39
PDG REALT ON NM	204.410	10,16	2.077	4,63
PETROBRAS ON EJ	10.900	30,55	333	0,74
PETROBRAS PN EJ	203.068	27,29	5.542	12,35
POSITIVO INF ON NM	21.374	9,75	208	0,46
RANDON PART PN NI	16	12,29	-	-
REDECARD ON NM	14.722	21,05	310	0,69
ROSSI RESID ON NM	11.784	14,79	174	0,39
SARAIVA LIVR PN N2	4.064	44,07	179	0,40
SUZANO PAPEL PNA IIO NI	24.706	14,78	365	0,81
TAM S/A PN N2	10.153	38,96	396	0,88
TRACTEBEL ON NM	3	27,45	-	-
TIM PART S/A PN	164.184	5,51	905	2,02
TEGMA ON NM	8.052	25,45	205	0,46
TELESP PN EJ	4.010	42,03	169	0,38
TELEMAR ON	27.305	32,30	882	1,97
TRAN PAULIST PN NI	2.568	55,10	141	0,32
USIMINAS PNA EJ NI	36.347	19,16	696	1,55
VALE ON NI	23	55,33	1	-
VALE PNA NI	114.374	48,50	5.547	12,36
VIVO PN EJ	13.074	53,30	697	1,55
VALID ON NM	25.131	20,25	509	1,13
	4.143.787		44.090	98,27

Life Fundo de Investimento em Ações (Admin. pelo Western Asset Management Company DTVM Ltda.)				
Títulos Públicos Federais	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Tipo				
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	16/3/2011	126	0,28
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	15/6/2011	441	0,98
			<u>567</u>	<u>1,26</u>
Outros Valores			21	0,05
Depósitos Bancários			199	0,45
Valor a Receber			220	0,50
Total Ativo			<u>44.877</u>	<u>100,03</u>
Valores a Pagar			12	0,03
Diversos				
Patrimônio Líquido			44.865	100,00
Total Passivo			<u>44.877</u>	<u>100,03</u>
Quantidade de Cotas: 4.044.126,40458				
Valor Cota Unitária: 11,09374020				

Previdência B - Fundo de Invest. em Ações (Admin. pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ALL AMER LAT ON NM	17.929	15,00	269	0,62
AMBEV PN	3.689	50,52	186	0,43
BRASIL ON EJ NM	18.704	31,42	588	1,35
BRADSCODIR PRE NI	315	8,59	3	0,01
BRADSCOPN EJ NI	10.871	32,65	355	0,82
BROOKFIELD ON NM	17.904	8,65	155	0,36
BRADSPAR S/A PN NI	4.284	43,32	186	0,43
BRF FOODS ON EJ NM	68.881	27,34	1.883	4,33
BRASKEM PNA NI	5.883	20,37	120	0,28
BR MALLS PAR ON NM	18	17,10	-	-
BRASIL TELECOM PN *	5.979	12,00	72	0,17
B2W VAREJO ON NM	13.175	31,50	415	0,95
BMFBOVESPA ON EJ NM	62.004	13,13	814	1,87
CCR RODOVIAS ON NM	3.515	46,90	165	0,38
CESP PNB NI	4.635	27,00	125	0,29
CIELO ON NM	41.486	13,45	558	1,28
CEMIG PN NI	8.094	26,71	216	0,50
CPFL ENERGIA ON NM	2.334	41,20	96	0,22
COPEL PNB NI	3.117	41,50	129	0,30
SOUZA CRUZ ON EJ	933	90,39	84	0,19
COSAN ON NM	5.815	27,61	161	0,37
SID NACIONAL ON	17.375	26,67	463	1,07
CYRELA REALT ON NM	38.950	21,85	851	1,96
DURATEX ON NM	7.178	17,85	128	0,29
ECODIESEL ON NM	188.490	1,00	188	0,43
ECORODOVIAS ON NM	107.900	12,78	1.379	3,17
ELETROBRASON EG NI	7.318	22,24	163	0,37
ELETROBRASPNB EG NI	5.115	26,75	137	0,31
ELETROP PAULO PN N2	4.177	32,11	134	0,31
EMBRAER ON NM	9.946	11,80	117	0,27
ESTACIO PART ON NM	35.400	27,00	956	2,20
EVEN ON NM	48.800	8,60	420	0,97
FIBRIA ON NM	10.442	26,49	277	0,64
GAFISA ON NM	28.393	12,04	342	0,79
GERDAU PN NI	28.509	22,67	646	1,49
GAZETA MERC PN *	995.025	1,56	2	-
GERDAU MET PN NI	6.099	26,80	163	0,38
GOL PN N2	6.999	25,10	176	0,40
HYPERMARCAS ON NM	9.093	22,53	205	0,47
ITAUSAPN NI	287.492	13,20	3.795	8,73
ITAUUNIBANCO PN EDJ NI	35.295	39,79	1.404	3,23
JBS ON NM	37.163	7,17	266	0,61
KLABIN S/A PN NI	18.022	5,85	105	0,24
LOJAS AMERIC ON	35.400	12,40	439	1,01
LOJAS AMERIC PN IIO	98.241	15,31	1.504	3,46
LIGHT S/A ON NM	4.467	25,43	114	0,26
LLX LOG ON NM	24.089	4,73	114	0,26
LOJAS RENNER ON NM	4.191	56,40	236	0,54
MMX MINER ON NM	26.082	11,23	293	0,67
MARFRIG ON EJ NM	10.425	15,50	162	0,37
MRV ON EJ NM	18.132	15,61	283	0,65
NATURA ON NM	3.761	47,69	179	0,41
ODONTOPREV ON NM	2.700	25,09	68	0,16
OGX PETROLEO ON NM	90.841	20,00	1.817	4,18
P.ACUCAR-CBD PNA NI	3.012	69,30	209	0,48
P.ACUCAR-CBD PNB PCARN I	90	69,30	6	0,01
PDG REALT ON NM	51.415	10,16	522	1,20
PETROBRAS ON EJ	33.815	30,55	1.033	2,38
PETROBRAS PN EJ	107.331	27,29	2.929	6,74
PORTX ON NM	24.089	3,71	89	0,21
PORTO SEGURO ON	49.900	28,30	1.412	3,25
REDECARD ON NM	12.969	21,05	273	0,63
ROSSI RESID ON NM	15.584	14,79	230	0,53
SANTANDER BR UNT EDJ N2	5.462	22,55	123	0,28
SABESP ON EJ NM	473	42,59	20	0,05
TAM S/A PN N2	4.596	38,96	179	0,41
TIM PART S/A ON	49.722	6,81	339	0,78
TIM PART S/A PN	34.730	5,51	191	0,44
TELESP PN EJ	721	42,03	30	0,07
TELEMAR N L PNA EJ	759	47,76	36	0,08

Previdência B - Fundo de Invest. em Ações (Admin. pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
TELEMAR ON	1.644	32,30	53	0,12
TELEMAR PN	4.442	24,29	108	0,25
TRAN PAULIST PN NI	762	55,10	42	0,10
ULTRAPAR PN NI	17.899	105,10	1.882	4,33
USIMINAS ON EJ NI	5.139	21,35	110	0,25
USIMINAS PNA EJ NI	31.874	19,16	611	1,40
VALE ON NI	10.501	55,33	581	1,34
VALE PNA NI	118.393	48,50	5.743	13,20
VIVO PN EJ	2.757	53,30	147	0,34
	3.139.154		41.004	94,32
Operações Compromissadas			Valor 1.777	% s/ Total 4,09
Outros Valores				
Depósitos Bancários			8	0,02
Valor a Receber			708	1,63
			716	1,65
Total do Ativo			43.497	100,06
Valores a Pagar				
Diversos			24	0,06
Patrimônio Líquido			43.473	100,00
Total do Passivo			43.497	100,06
Quantidade de Cotas: 4.245.604,05638				
Valor Cota Unitária: 10,23937480				

Luxor Ações - Fundo de Investimento (Administrado pelo Banco Itaucard S A)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ANHANGUERA ON NM	5.800	40,00	232	0,53
AMBEV PN	4.800	50,52	242	0,55
BRASIL ON EJ NM	60.200	31,42	1.891	4,28
BRADESCODIR PRE NI	340	8,59	3	0,01
BRADESCOPN EJ NI	20.527	32,65	670	1,52
BR BROKERS ON NM	22.100	9,65	211	0,48
BR MALLS PAR ON NM	12.200	17,10	209	0,47
BR PROPERT ON NM	16.600	18,16	301	0,68
BMFBovespa ON EJ NM	152.400	13,13	2.001	4,53
CCR RODOVIAS ON NM	6.600	46,90	310	0,70
CESP PNB NI	10.300	27,00	278	0,63
CIELO ON NM	8.500	13,45	114	0,26
CEMIG PN NI	24.500	26,71	654	1,48
COPEL PNB NI	16.600	41,50	689	1,56
COSAN ON NM	28.200	27,61	779	1,76
SID NACIONAL ON	35.200	26,67	939	2,13
CYRELA REALT ON NM	34.600	21,85	756	1,71
ECORODOVIAS ON NM	33.200	12,78	424	0,96
ENERGIAS BR ON EJ NM	11.000	38,71	426	0,96
FIBRIA ON NM	30.300	26,49	803	1,82
GERDAU PN NI	65.200	22,67	1.478	3,35
GOL PN N2	45.400	25,10	1.140	2,58
HYPERMARCAS ON NM	16.000	22,53	360	0,82
ITAUUNIBANCO PN EDJ NI	98.459	39,79	3.919	8,88
JBS ON NM	105.700	7,17	758	1,72
LOJAS AMERIC PN	30.000	15,31	459	1,04
LOJAS RENNER ON NM	14.600	56,40	823	1,86
MRV ON EJ NM	52.000	15,61	812	1,84
OGX PETROLEO ON NM	93.500	20,00	1.870	4,23
P.ACUCAR-CBD PNA NI	12.710	69,30	881	1,99
PDG REALT ON NM	134.200	10,16	1.363	3,09
PETROBRAS ON EJ	71.324	30,55	2.179	4,93
PETROBRAS PN EJ	119.327	27,29	3.256	7,37
RANDON PART PN NI	30.400	12,29	374	0,85
ROSSI RESID ON NM	89.800	14,79	1.328	3,01
TIM PART S/A PN	122.700	5,51	676	1,53
TELEMAR ON	16.600	32,30	536	1,21
USIMINAS PNA EJ NI	57.000	19,16	1.092	2,47
VALE ON NI	33.825	55,33	1.872	4,24
VALE PNA NI	103.900	48,50	5.039	11,43
	1.846.612		42.147	95,46
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	15/06/2011	1.822	4,1
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	21/09/2011	144	0,33
			1.966	4,43
Outros Valores				
Depósitos Bancários			2	0,00
Valor a Receber			155	0,36
			157	0,36
Total do Ativo			44.270	100,25
Valores a Pagar				
Diversos			113	0,25
Patrimônio Líquido			44.157	100,00
Total do Passivo			44.270	100,25
Quantidade de Cotas: 3.655.333,55840				
Valor Cota Unitária: 12,08016200				



PSS - Seguridade Social

Rua Dr. Rafael de Barros, 209 - 11º andar - Conj.112 - Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 04003-041 - PABX: (11) 3594-6150

www.pssnet.com.br